

UFF – Universidade Federal Fluminense  
ESS – Escola de Serviço Social  
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social  
Mestrado em Política Social

**HELTON DA SILVA SOUZA**

**TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES  
SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO**



Niterói – RJ  
Julho - 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

HELTON DA SILVA SOUZA

## **TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

ORIENTADOR: Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes

Niterói – RJ  
Julho de 2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S719t Souza, Helton da Silva  
Trabalho e Adoecimento de Assistentes Sociais no Sul do  
Espírito Santo / Helton da Silva Souza. - 2023.  
94 f.: il.

Orientador: Carlos Antonio de Souza Moraes.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Adoecimento  
Profissional. 4. Produção intelectual. I. Moraes, Carlos  
Antonio de Souza, orientador. II. Universidade Federal  
Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

HELTON DA SILVA SOUZA

**TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO  
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Aprovado em 31/07/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – PPGPS-UFF – Orientador

---

Profa. Dra. Edvânia Angela de Souza – UNESP - 1ª examinadora

---

Profa. Dra. Adriana Soares Dutra – PPGPS-UFF - 2ª examinadora

## AGRADECIMENTOS

A Deus, força divina que permeia minha jornada, guiando meus passos e iluminando meu caminho. Sua sabedoria infinita revela-se nas entrelinhas, conduzindo-me a encontrar respostas e inspirações nos momentos mais desafiadores.

À minha família, essência do amor incondicional, sou grato pela rede de afeto e apoio que me envolve. Como árvores ancestrais, minhas raízes encontram-se entrelaçadas às suas, nutrindo-me de força e coragem para enfrentar os desafios e perseverar em busca dos meus sonhos. Dedico um pensamento especial aos meus avós, Gessé e Santa, que partiram no decorrer da construção desse trabalho, deixando um legado de sabedoria e valores eternos, que me guiam em cada passo que dou.

Aos amigos, cúmplices de risos e lágrimas, agradeço pela sinfonia de apoio e compreensão que ecoa em cada momento compartilhado. São estrelas brilhantes que iluminam meu céu noturno, lembrando-me da importância de nutrir as conexões que tornam a vida mais rica e significativa.

À vida, uma teia intrincada de experiências e aprendizados, agradeço pelos obstáculos que me moldaram e pelas bênçãos que me surpreenderam ao longo dessa jornada. Cada desafio enfrentado foi um convite para o crescimento e superação, enquanto cada conquista celebrada é um lembrete de que, mesmo nos momentos mais difíceis, há sempre luz a ser encontrada.

À Universidade Federal Fluminense (UFF) e a todos os professores que cruzaram meu caminho, agradeço pela dádiva do conhecimento transmitido. Cada palavra, cada lição compartilhada, ecoa em meu ser, ampliando minha percepção do mundo e impulsionando-me a explorar novos horizontes do pensamento.

Ao meu orientador, Carlos Antonio de Souza Moraes, um farol de sabedoria e inspiração em meio às águas incertas do trabalho acadêmico. Sua orientação precisa e delicada é como a brisa suave, guiando-me pelas trilhas desafiadoras da pesquisa. Seus olhos atentos às minhas palavras, suas palavras cuidadosas em cada correção, foram presentes preciosos que elevaram minha escrita a novos patamares, desde a graduação.

A todos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte dessa jornada, transmito meu mais sincero agradecimento. Vocês são luzes que brilham em meu horizonte, recordando-me de que, mesmo nas curvas tortuosas da vida, a gratidão é uma bússola que aponta para a beleza e significado em cada passo dado.

Vá aos livros, mas não tire os olhos da vida.  
**Hélio de Freitas Coelho**

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as implicações das atuais configurações do mundo do trabalho, especialmente os elementos flexibilização, precarização e intensificação do trabalho para o trabalho profissional de Assistentes Sociais e para o seu processo de adoecimento, na particularidade da Região Sul do Espírito Santo. Busca apresentar elementos que possam contribuir para a análise dos impactos do trabalho, à luz das transformações do mundo do trabalho contemporâneo, sobre o/a sujeito assistente social. Para tanto, optou-se, metodologicamente, pela realização de uma revisão bibliográfica, sustentada por autores que debatem o tema e fundamentados na teoria crítica e pesquisa de campo. Para a realização da pesquisa de campo, submeteu-se a proposta à Plataforma Brasil, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob Parecer Consubstanciado do CEP nº 06.44.932. Do total de 655 assistentes sociais trabalhadoras/es da Região Sul do Espírito Santo, a pesquisa, realizada por meio do aplicativo *Google Forms*, alcançou 120 assistentes sociais, com representação de todos os 26 municípios da região Sul Capixaba. Tais profissionais responderam a questões relacionadas ao perfil profissional, trabalho, condições de trabalho e adoecimento profissional. Os resultados da pesquisa revelam que a complexidade das expressões da questão social, a sobrecarga de tarefas, a falta de recursos institucionais aliados a burocracia e as condições precárias de trabalho são fatores determinantes dos processos de adoecimento no trabalho entre as/os participantes da pesquisa. Para 85% das assistentes sociais do sul capixaba, o trabalho profissional propicia adoecimento psíquico, enquanto 55,8% afirmaram que o trabalho propicia adoecimento físico e 69,8% já se afastaram das atividades laborais por motivos de adoecimento do trabalho. Dentre as principais patologias mencionadas, destacam-se aquelas vinculadas à saúde psíquica, tais como: ansiedade e depressão.

**Palavras-chave:** serviço social; trabalho; adoecimento profissional.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the implications of the current configurations of the world of work, especially the elements of flexibility, precariousness and work intensification for the professional work of Social Workers and for their illness process, in the particularity of the Southern Region of Espírito Santo. It seeks to present elements that can contribute to the analysis of the impacts of work, in light of the transformations in the contemporary world of work, on the social worker subject. For that, it was methodologically chosen to carry out a bibliographic review, supported by authors who debate the theme and based on critical theory and field research. The latter was submitted to Plataforma Brasil and approved by the Research Ethics Committee under Opinion Embodied in CEP n.º 06.44.932. Out of a total of 655 social workers in the Southern region of Espírito Santo, the survey, carried out using the Google Forms application, reached 120 social workers, representing all 26 municipalities in the Southern region of Capixaba. These professionals answered questions related to their professional profile, work, working conditions and professional illness. The research results reveal that the complexity of the expressions of the social question, the overload of tasks, the lack of institutional resources allied to bureaucracy and precarious working conditions, are determining factors of the processes of illness at work among the research participants. For 85% of social workers in the south of Espírito Santo, professional work leads to psychic illness, while 55.8% said that work causes physical illness and 69.8% have already left work activities due to illness at work. Among the main pathologies mentioned, those linked to mental health stand out, such as: stress, anxiety and depression.

**Keywords:** social work; work; professional illness.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Limites e Regionalizações - Divisão Regional do Espírito Santo - Macrorregiões de Planejamento.....	46
Figura 2 - Incidência da pobreza – Espírito Santo – Municípios – 2003.....	49

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Número de participantes por município.....	28
Quadro 2 - Principais Características das Revoluções Industriais. Tradução do autor.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo.....	53
Gráfico 2 - Ano de formação de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo.....	57
Gráfico 3 - Vínculos empregatícios de assistentes sociais do sul do Espírito Santo.....	59
Gráfico 4 - Estresse a partir do trabalho.....	75

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 -Média salarial da Assistentes Sociais no Sul do Espírito Santo.....	62
Tabela 2 - Condições de trabalho de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo.....	64
Tabela 3 – Motivos informados por Assistentes Sociais como motivacionais para afastamento do trabalho.....	78

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>25</b>
<b>1 O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: FLEXIBILIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO</b> .....	<b>31</b>
1.1 O mundo do trabalho e o trabalho no mundo: transformações globais e particularidades brasileiras.....	31
1.2 Flexibilização, intensificação e precarização do trabalho: aproximações teórico-conceituais .....	39
<b>2 ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO</b> .....	<b>45</b>
2.1 Sul do Espírito Santo: características de sua formação sócio-econômica .....	45
2.2 Trabalho e condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo .....	51
2.2.1 Perfil dos/as assistentes sociais do Sul do Espírito Santo .....	53
2.2.2 Trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo .....	58
2.2.3 Condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo.....	63
<b>3 TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO DO ESPÍRITO SANTO</b> .....	<b>68</b>
3.1 Adoecimento e trabalho: entre processos de sofrimento e afastamentos .....	68
3.1.1 Adoecimento físico.....	69
3.1.2 Adoecimento Psíquico .....	71
3.1.3 Estresse .....	74
3.1.4 Afastamento das atividades laborais.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>86</b>
<b>APÊNDICE 1</b> .....	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada “Trabalho e adoecimento de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo”, vincula-se ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, particularmente à área de concentração “Sujeitos Sociais e Proteção Social” e a linha de pesquisa “Formação e Trabalho profissional na Política Social”. Está pautada em uma análise do trabalho na sociedade do capitalismo flexível, suas condições e relações na particularidade das políticas sociais, especialmente a partir das categorias “flexibilização”<sup>1</sup>, “intensificação”<sup>2</sup> e “precarização”<sup>3</sup>.

O debate acerca do adoecimento de assistentes sociais, abordado a partir do trabalho profissional, origina-se por meio da experiência de estágio curricular obrigatório<sup>4</sup> deste pesquisador; de sua inserção no Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes); e da sistematização e análise destas experiências em seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na Graduação em Serviço Social, concluída na Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Serviço Social de Campos (SSC), no ano de 2018.

No TCC, identificou-se uma produção rarefeita a respeito do tema *trabalho e adoecimento de assistentes sociais na particularidade do Serviço Social brasileiro* (RAICHELLIS, 2011) e que, dentre os estudos mapeados, as categorias “flexibilização”, “intensificação” e “precarização” têm obtido centralidade na análise do trabalho contemporâneo, por integrarem globalmente a realidade do trabalho e por apontarem para suas antigas e novas expressões (DRUCK, 2011), com incidências sobre a classe trabalhadora e, particularmente, sobre assistentes sociais em contextos locais/regionais, nacional e, especialmente, na América Latina (MOLEDDA; GIANNA; DI NAPOLI, 2019).

---

<sup>1</sup> A flexibilização exprime o processo de ajustamento das instituições jurídicas às novas realidades da sociedade capitalista. Vincula-se às questões do desemprego, novos processos de administração de produção, dentre outros. Por meio dela, a empresa ajusta a sua produção, mão de obra e condições de trabalho às flutuações do sistema econômico (MANNRICH, 1998, p. 75 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 192).

<sup>2</sup> Intensificação do trabalho constitui uma dimensão social particular da exploração, distinta da força produtiva (produtividade) e do prolongamento da jornada de trabalho (PINA; STOTZ, 2014, p. 153).

<sup>3</sup> A precarização do trabalho caracteriza-se pela falta de regulamentação e a perda de direitos trabalhistas e sociais, através do incentivo à legalização dos trabalhos temporários e da informalização do trabalho. Um fator importante na busca de uma visão totalizante é a categorização da precariedade do trabalho decorrente da ruptura de vínculos empregatícios ou de sua descentralização, incluindo a intensificação de outras condições de trabalho que prejudicam o desempenho do trabalhador, a exemplo da intensificação da jornada de trabalho, a redução salarial, a desproteção, a desregulamentação, os empregos terceirizados e a descontinuidade do trabalho (PIALARISSI, 2017, p. 03).

<sup>4</sup> Estágio curricular obrigatório realizado no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CRAAI) Campos dos Goytacazes/RJ, no período correspondente ao 6º, 7º, 8º e 9º semestres do curso de graduação em Serviço Social na UFF Campos, no período de 2017 a 2018.

Ademais, Raichellis (2011, p. 426) aponta que nas produções bibliográficas que analisam o tema trabalho e saúde, os/as assistentes sociais não aparecem como “sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos”.

Em paralelo, esta proposta perpassa ainda pelos desdobramentos vinculados ao exercício profissional do pesquisador, que atua como assistente social na política de saúde, em um município do Sul do Estado do Espírito Santo, e que, cotidianamente, vivencia as implicações da precarização, da flexibilização e da intensificação do trabalho, somado a complexidade e multiplicidade de demandas, enquanto expressões da questão social<sup>5</sup>, associadas à retração de recursos político-institucionais, que limitam objetivamente a atuação profissional, produzindo sofrimentos e adoecimentos.

Além das questões específicas que originaram essa proposta, reconhecemos, no contexto sócio-histórico, que a reestruturação do capital tem gerado mudanças no cenário das políticas sociais e nas demandas direcionadas a assistentes sociais. Tal fato, além de afetar a construção de um trabalho fundamentado nos valores do projeto ético político profissional<sup>6</sup> e nas condições de trabalho de assistentes sociais, interfere também na saúde destas e destes profissionais.

Ao analisar a particularidade do trabalho de assistentes sociais na política de saúde, especialmente em contextos hospitalares, Cruz aponta que (2020, p. 57, 58):

se verifica que o processo de sofrimento e adoecimento profissional, predominantemente mental, tem sido determinado por alguns elementos objetivos, tais como: a complexidade de seu trabalho; as inúmeras questões que atravessam o exercício profissional (tais como: intensificação e a precarização das condições de trabalho, exigências por produtividade, excesso de demandas de cunho estritamente burocrático, administrativo e assistencial); a complexificação das expressões da Questão Social; a ausência ou retração de recursos no âmbito das políticas sociais e da rede de atendimento socioassistencial; a sua condição de trabalhador inscrito na divisão sexual/social/racial e técnica do trabalho; a sua condição assalariada; a padronização do atendimento por meio das TICs; o assédio moral; além de um trabalho construído no contexto de dor, sofrimento e morte dos seus usuários e aqueles/as que os acompanham.

---

<sup>5</sup> A concepção de questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção (MACHADO, 1999, p. 42).

<sup>6</sup> O termo projeto ético-político profissional significa uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos (daí a ideia de projeto) em torno de uma determinada valoração ética (daí o termo ético) que está intimamente vinculada a determinados projetos societários (daí o termo político, no seu sentido mais amplo) presentes na sociedade e que se relacionam com diversos projetos coletivos em disputa na mesma sociedade (daí o termo profissional, expressando a particularidade de uma categoria) (2B EDITORA, 2021).

Diante dos apontamentos relacionados à trajetória acadêmica percorrida e a inserção profissional no Sul do Espírito Santo por parte deste pesquisador, para esta dissertação optou-se por problematizar o tema do trabalho profissional e suas implicações para o processo de adoecimento de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo.

De acordo com a pesquisa “*Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*”<sup>7</sup>, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), o Brasil tem 176.524 profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), um em cada estado e um na capital do País.

Em relação a profissionais inseridos/as no Estado do Espírito Santo, alguns elementos chamam a atenção na pesquisa publicada pelo CFESS (2022). Da região sudeste, o Espírito Santo fora o único estado com participação abaixo de 20% na pesquisa. Dos/as participantes, 94,1% são do sexo feminino e 16,3% se autodeclaram negras/pretas. Sobre a formação profissional, entre os quatro estados da região sudeste, o Espírito Santo é o que menos apresenta profissionais formados/as no ensino a distância, sendo 6,25% de seu total de registros (CFESS, 2022).

Além disso, segundo informações disponibilizadas pelo CRESS-ES/17<sup>a</sup> Região (2023), existem 5.337 assistentes sociais com registro ativo no estado do Espírito Santo, sendo que são 655 assistentes sociais com residência indicada em municípios do sul do Espírito Santo<sup>8</sup>, não dispondo de informações detalhadas a respeito de suas condições de trabalho e tipos de contrato.

A ausência de dados relativos ao trabalho de assistentes sociais e as condições para sua realização no sul capixaba apontam para a relevância da proposta, que reconhece a natureza assalariada da profissão e sua inscrição na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho, além de admitir a condição de classe trabalhadora de assistentes sociais, sujeitos, portanto, aos novos processos de flexibilização e de precarização do trabalho e aos constrangimentos deles decorrentes. Assim, admitimos que o trabalho de assistentes sociais sofre os impactos dessas transformações do mundo do trabalho e das relações sociais provenientes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal que incide sobre a particularidade brasileira em um contexto de crise do capital. A este respeito, Netto (2005, p. 71-72) sinaliza:

---

<sup>7</sup> CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília (DF): Cfess, 2022. 144 p.

<sup>8</sup> REGIÃO/ES, CRESS 17<sup>a</sup>. **Solicitação de Informações para Projeto de Mestrado**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: cress@cress-es.org.br. em: 18 maio 2023.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes — ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade — se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, reconhece-se a necessidade de estudar estes elementos, especialmente a flexibilização, a precarização e a intensificação do trabalho coletivo e suas expressões no exercício profissional de assistentes sociais em um contexto de aprofundamento da questão social, de questionamento do papel das políticas sociais e da retração de recursos político-institucionais. Tais elementos sustentam, inicialmente, a compreensão de que os processos de adoecimento de assistentes sociais e de outros trabalhadores são determinados por esta conjuntura histórico-estrutural.

Além disso, destacam Nogueira e Tumelero (2015, p. 206) que

Ao subordinarem as ações profissionais unicamente aos objetivos e às ações programáticas da instituição, definidos em outras instâncias, esvai-se a direção social estratégica que o Serviço Social construiu, nas últimas décadas, tendo como norte a emancipação política, retornando-se a padrões tecnicistas e acrílicos, dominantes prévios ao movimento de reconceitualização.

Para Souza (2018, p. 40),

É preciso, portanto, compreender que os desafios enfrentados pelo assistente social são frutos dos rumos que tomou o movimento de institucionalização de sua atuação profissional, o que nos possibilita enxergar que a categoria profissional necessita de uma atuação comprometida em rebater e contrariar as imposições estatais, de forma a capacitar um novo direcionamento dos profissionais, com perfil mais encorajado, ancorado e alinhado ao Código de Ética Profissional (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), buscando, assim, combater as mazelas profissionais a que estão expostos.

Neste sentido, debater, pesquisar e analisar a realidade profissional contemporânea e suas implicações para assistentes sociais, enquanto trabalhadoras/es assalariadas/os, torna-se um movimento relevante. Neste movimento é importante compreender o atual perfil profissional, particularmente, das assistentes sociais atuantes no Sul do Espírito Santo e os rebatimentos de uma atuação perpassada por desafios contundentes ao exercício profissional (rotina intensa, ausência de recursos, aumento de demanda, precarização das políticas sociais

públicas, desvalorização profissional, entre outros) e que impactam, dentre outros, diretamente em sua saúde enquanto sujeitos do trabalho.

Na construção do conhecimento relativo aos processos coletivos de trabalho<sup>9</sup>, é necessário que se compreenda o caráter contraditório do trabalho, visto que, ao mesmo tempo em que subordina e adocece, é também responsável por fomentar o protagonismo do ser social, num movimento de satisfação de suas necessidades humanas.

Parafraseando Iamamoto (2012, p. 40),

O trabalho é *atividade racional orientada para um fim*, à produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. É originalmente metabolismo entre o homem e a natureza, da qual se apropria para a satisfação das necessidades humanas. [...] O trabalho concreto, formador de valores de uso, é *condição da vida humana*, independente de todas as formas de sociedade. É atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente.

Souza (2018) aponta que o trabalho está para o homem como meio essencial de sobrevivência, manutenção de sua vida cotidiana e, ao mesmo tempo, captura de sua subjetividade, por meio de uma realidade marcada pela exploração, precarização e opressão no ambiente de trabalho.

Esta narrativa acerca de uma captura da subjetividade também é evidenciada por Alves (2008) quando este aponta que este movimento ocorre de forma inconsciente, ocasionado pelo sistema capitalista. Para o autor, “na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma ‘subjetividade em desefetivação’, estressada pelas teias da manipulação social” (ALVES, 2008, p. 225).

É, portanto, fundamental, nesta perspectiva, que se compreenda que o trabalho pode favorecer o fortalecimento ou a vulnerabilidade da saúde mental de trabalhadores/as (SELIGMANN-SILVA, 2022).

Sabe-se que a exploração na sociedade do capital está pautada na garantia do mais valor e ocorre

na medida em que o comprometimento do trabalhador é estimulado pela pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho, temos, portanto, outro elemento da ‘exploração do trabalhador pelo trabalhador’. O primeiro, [...] era dado pelas novas formas de pagamento vinculado a bônus salariais. O trabalhador era carrasco de si mesmo. O segundo é a pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho. Nesse caso, o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho construído pelo capital (ALVES, 2011, p. 124).

---

<sup>9</sup> Segundo Ferreira (p. 541, 1993 apud SOUZA, 2018, p. 44), o termo trabalho se refere à “atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento”; e podemos associa-lo ainda ao local onde se desenvolve tal atividade.

A precarização trata-se de um movimento caracterizado por novas regulações salariais e pela lógica do trabalho flexível:

A nova precariedade salarial alterou não apenas as condições de regulação do estatuto salarial [...]; mas também a organização do trabalho [...] e a base técnica da produção capitalista. [...] Não se trata apenas de um novo modo de regulação do trabalho capitalista adequado ao capitalismo flexível, mas uma situação-limite na forma de exploração da força de trabalho nas condições históricas da Quarta Revolução Industrial<sup>10</sup> (NAVARRO; LOURENÇO, 2017, p. 89).

Em relação à opressão, Souza (2018, p. 45) explica que se trata “de um elemento agudizado pela junção dos dois citados anteriormente, somada à instabilidade no emprego, o que torna os trabalhadores reféns de seus superiores”, promovendo nestes trabalhadores uma compreensão “[...] de que são eles mesmos os responsáveis por garantirem seu lugar na empresa/instituição”.

Na verdade, na medida em que são ‘individualidades de classe’ e não ‘individualidades pessoais’, os trabalhadores possuem dentro de si disposições fetichizadas, ligadas à força de trabalho como mercadoria, que tendem a oprimi-los e a oprimir os demais trabalhadores (ALVES, 2011, p. 123).

Neste aspecto, nos é caro o entendimento de Santos e Manfroi (2015), que defendem que o impacto das transformações no mundo do trabalho, assim como, os elementos citados acima, atingem diretamente a subjetividade de trabalhadores, incluindo a sua saúde, devido a intensidade e profundidade com que o capitalismo mobiliza a alma humana. O capitalismo e a sua “cultura da fluidez e precarização do trabalho e da vida social, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas” (ALVES, 2013, p. 99).

Na divisão sóciotécnica e sexual do trabalho, encontra-se também a/o assistente social, que tem seu perfil condicionado pela compra e venda de sua mão de obra, uma vez que se encontra na condição de trabalhadora/o assalariada/o, exposta/o a todas as situações que expressam mazelas, vulnerabilidades, opressões e explorações que vive a classe trabalhadora, imersa/o nas transformações, precarizações e reordenações do trabalho no mundo contemporâneo e as novas configurações que ocorrem nos espaços ocupacionais (SOUZA, 2018). Tais elementos também são apontados por Raichellis (2011, p. 422),

---

<sup>10</sup> A quarta revolução industrial terá um impacto monumental na economia global; será tão vasto e multifacetado que fica difícil separar determinado efeito do outro. De fato, todas as grandes macrovariáveis imagináveis - PIB, investimento, consumo, emprego, comércio, inflação e assim por diante - serão afetadas (SCHWAB, 2016, p. 24 apud SOUZA, 2018, p. 45).

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros.

Por isso,

Para entender o trabalho do assistente social na dinâmica societária contemporânea é preciso situá-lo no interior do contraditório campo das relações sociais na sociedade capitalista, cujas direção e função social estão historicamente determinadas pela divisão sociotécnica do trabalho e para a reprodução da força de trabalho. (SARMENTO, 2002, p. 116).

Santos e Manfroi (2015), ao realizarem pesquisa no Espírito Santo, no ano de 2007, com o tema “*Mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo*”, em que participaram 202 assistentes sociais da Grande Vitória, inscritas no CRESS-ES até novembro de 2006, apontam que, entre as participantes da pesquisa

[...] as principais questões mencionadas referem-se às doenças psicossomáticas, totalizando 110 casos; problemas físicos foram citados 34 vezes; e problemas referentes ao esforço mental e psicológico apareceram em um total de 20 casos registrados (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 17ª REGIÃO, 2007 apud SANTOS e MANFROI, 2015, p. 190).

Já os dados da pesquisa “*Mercado de trabalho: formação e exercício profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina*”, também realizada pelas autoras, em 2011, com 175 assistentes sociais atuantes na Grande Florianópolis, apontaram para:

[...] uma predominância de problemas ligados às condições de trabalho que provocam estresse – a doença mais citada –, cansaço físico, dores e doenças cardiovasculares, entre outras. Além dessas, aparecem doenças de fundo subjetivo (angústia, desânimo, frustração), que estão, sem dúvida, ligadas ao excesso de trabalho (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 190).

Estas informações revelam a precariedade a que estão expostas/os as/os trabalhadoras e trabalhadores, devido ao excesso de trabalho e pressão sofrida por parte de instituições, ou pelo próprio Estado, de que se atenda o maior número de usuários, sem oferecer condições adequadas para o exercício profissional e sem considerar os aspectos que intercorrem para a qualidade destes atendimentos, gerando um excesso de demandas que lhes impedem de abstraírem os problemas enfrentados no cotidiano do trabalho, levando à insatisfação, desestímulo e adoecimentos, com vínculos empregatícios precários, com baixos salários e pouco reconhecimento profissional.

Com todos estes fatores, o Assistente Social, em dados momentos, pode se colocar como um reprodutor do braço do Estado, realizando atendimentos rasos, que visam a resolução imediatista das demandas, refém de uma atuação que não consegue se firmar no estabelecido pelo Código de Ética Profissional (1993), criando no profissional o sentimento de fracasso, incompetência e até incapacidade, ampliando, assim, os riscos para a saúde em decorrência do meio no qual está inserido e dos novos processos de produção e gestão do trabalho, que trazem à tona a necessidade de se debater com maior ênfase a respeito do adoecimento deste trabalhador, causado majoritariamente pelos impactos destas relações de trabalho (SOUZA, 2018, p. 29).

Além disso, torna-se necessário refletir a respeito dos fatores institucionais relacionados ao exercício profissional que favorecem o seu adoecimento, reconhecendo a atuação do conjunto CFESS-CRESS, no sentido de fiscalização do trabalho de assistentes sociais a partir da resolução nº. 493/2006 do CFESS, que orienta sobre as condições éticas, técnicas e físicas para o exercício profissional.

Mediante os elementos gerais apontados, reconhece-se a necessidade de estudar o trabalho na era do capitalismo flexível, a partir das categorias flexibilização, intensificação e precarização e suas implicações para a condição assalariada de assistentes sociais, observando as seguintes variáveis relativas ao trabalho profissional: vínculo empregatício, carga horária, remuneração, rotina de trabalho, quantitativo diário de atendimentos e condições de trabalho. Para a abordagem das condições de trabalho recorreremos a: sala para realização das atividades; telefone; computador; mesa; cadeira; ambiente sem ruídos e que garanta privacidade; carro para visita domiciliar, dentre outros.

Além disto, nesta dissertação é considerado como processo de adoecimento, aquelas condições estabelecidas nos parágrafos I e II do Artigo 20 da Lei 8.213/1991<sup>11</sup>, que compreende a doença “produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social” e que é “adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente”. Neste sentido, reconhece-se também como adoecimento profissional as implicações das condições de trabalho que afetem o bem-estar dos sujeitos, atingem a sua subjetividade e interferem em sua vida profissional e pessoal.

Estas variáveis caracterizam a pesquisa realizada nesta dissertação, na particularidade do Sul do Espírito Santo, objetivando identificar o processo de adoecimento de assistentes sociais, considerando como determinantes as condições de inserção e realização do trabalho,

---

<sup>11</sup> BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe Sobre Os Planos de Benefícios da Previdência Social e Dá Outras Providências. Brasília, DF.

analisadas a partir das categorias flexibilização, precarização e intensificação no mundo do trabalho.

O Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil, sendo o seu menor e menos populoso estado, com aproximadamente 4.064.052 habitantes, distribuídos de maneira desigual entre os 78 municípios, que são, em sua maioria, de pequeno e médio porte (IBGE, 2020). Do território brasileiro, o estado ocupa uma área de 46.098,1 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 76,25 hab/km<sup>2</sup>. Cerca de 16,5% dos capixabas habitam em áreas rurais e 83,5% em áreas urbanas, o que aponta para uma alta taxa de urbanização, embora inferior à média da região sudeste do País. O crescimento populacional, em terras capixabas, entre os censos de 2001 e 2010 foi superior à média nacional, alcançando o número de 1,14 (IBGE, 2020).

O recorte geográfico proposto para esta pesquisa é a região Sul Capixaba que, segundo o IBGE (2020), abrange 26 municípios<sup>12</sup>, divididos em três Microrregiões: Litoral Sul, Central Sul e Caparaó, e possui uma estimativa de 682.396 habitantes e uma densidade demográfica de 63 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

Além disso, o sul do Espírito Santo possui características singulares, sendo uma região rica em turismo, em virtude de sua proximidade ao mar e de também dispor de regiões montanhosas, além da riqueza cultural com folclores e culinária que atraem admiradores de todo o país. A região também movimenta sua economia através da cultura cafeeira e da agricultura em geral, da exportação de rochas ornamentais, do petróleo, entre outras, que dão destaque e elevam seu nível de importância para o estado.

Em relação ao trabalho profissional de assistentes sociais, objeto de pesquisa desta dissertação, a escassez de informações precisas e que possibilitem leitura do exercício profissional no sul do Espírito Santo sinaliza para a relevância científica e social de pesquisas a respeito deste tema, ainda que se reconheça o estudo apresentado por Santos e Manfroi (2015) a respeito do mercado de trabalho e a precarização ética e técnica do exercício profissional no Espírito Santo, particularmente na grande Vitória, e a pesquisa sobre Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais no Espírito Santo, desenvolvida em 2007, pelo CRESS 17.<sup>a</sup> Região/ES.

Com isso, *justifica-se* a realização desta pesquisa por sua pertinência e aderência à linha de pesquisa e área de concentração a qual se vincula, pelo fato de agregar análises a

---

<sup>12</sup> Alegre; Alfredo Chaves; Anchieta; Apiacá; Atilio Vivacqua; Bom Jesus do Norte; Cachoeiro de Itapemirim; Castelo; Divino de São Lourenço; Dolores do Rio Preto; Guaçuí; Ibitrama; Iconha; Irupi; Itapemirim; Iúna; Jerônimo Monteiro; Marataízes; Mimoso do Sul; Muniz Freire; Muqui; Piuma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul; São José do Calçado; Vargem Alta.

respeito “do trabalho nas políticas sociais e nos diversos cotidianos institucionais” (Informação extraída do Site oficial do PPGPS, 2021), particularizando o Serviço Social, que também adquire especial atenção na descrição da linha.

Ao propor a reflexão da relação do trabalho de assistentes sociais e dos processos de adoecimento do trabalho a partir da análise do trabalho e das condições de trabalho na particularidade do Sul do Espírito Santo, a pesquisa contribui para a ampliação de estudos desenvolvidos pela área de Serviço Social, a partir da Universidade Federal Fluminense, em uma região com amplas possibilidades de pesquisa e extensão e que tem sido parcialmente atendida, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, pela UFF/Departamento de Serviço Social de Campos, que tem contribuído para a formação de bacharéis em Serviço Social de um grupo de alunado desta região.

Além disso, esta pesquisa contribui para o reconhecimento da política social como lócus do trabalho de assistentes sociais que, ao gestá-la e implementá-la, tem sofrido os constrangimentos da realidade do trabalho flexível, em um campo de atuação profissional (a política social) permeado por tensões, contradições e correlações de forças que se apresentam no cotidiano como espaço de manifestação concreta das expressões da questão social e dos limites impostos pelas condições de cortes do orçamento das políticas sociais, seu processo de precarização, desafios do trabalho e as incidências sobre o adoecimento de assistentes sociais, analisado sob o ponto de vista histórico-estrutural.

É relevante destacar a necessidade de articulação estratégica da proposta com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 17ª Região, possibilitando, a partir de seus resultados e conclusões, encaminhamentos para o trabalho de assistentes sociais, tendo como lócus de atuação as políticas sociais, na particularidade do Sul do Espírito Santo. Tal articulação se apresenta como importante movimento ao considerarmos a escassez de dados sobre o perfil profissional de assistentes sociais no estado, o que denota o caráter inovador desta pesquisa, e a importância de se construir conhecimentos a respeito das particularidades regionais, reconhecendo o processo de interiorização do Serviço Social no Brasil. Além disso, a articulação com o CRESS/ES poderá possibilitar a socialização dos conhecimentos produzidos e a criação de estratégias de enfrentamento das problemáticas identificadas.

Como todo trabalho científico, há que se considerar os seguintes riscos: a) Possíveis limitações relativas a compreensão de questões apresentadas no questionário de pesquisa, sem a presença do pesquisador para esclarece-las; b) por se tratar de uma pesquisa realizada em ambiente virtual, não é possível garantir a total confidencialidade das informações, ainda que o sigilo das informações seja elemento estabelecido pelas orientações para qualquer pesquisa

em ambiente virtual ou presencial e; c) Incômodo ou constrangimento que pode ser gerado ao longo do preenchimento do questionário virtual disponibilizado por meio do aplicativo *Google Forms*, pela necessidade de acessar a memória de sua atuação profissional a partir do tema deste trabalho, qual seja, adoecimento profissional.

Para minimizar tais riscos, assegura-se a confidencialidade dos dados e informações coletados com base nas “*Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual*”, publicadas pelo Ministério da Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, em 24 de fevereiro de 2021.

Diante disso, este trabalho tem como *objetivo geral* analisar as implicações das atuais configurações do mundo do trabalho, especialmente os elementos flexibilização, precarização e intensificação do trabalho para o trabalho profissional de Assistentes Sociais e para o seu processo de adoecimento na particularidade da Região Sul do Espírito Santo.

Além disso, optamos pela construção dos seguintes *objetivos específicos*: a) aprofundar os estudos sobre as categorias precarização, flexibilização e intensificação do trabalho; b) investigar elementos que caracterizem o trabalho e as condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo e; c) identificar os principais elementos que caracterizam o processo de adoecimento de assistentes sociais a partir do trabalho, tais como: desgaste físico e mental, estresse, depressão, afastamento das atividades laborais, uso de medicamentos controlados, recurso a terapias e outros tratamentos, dentre outros.

Mediante as análises inicialmente construídas, como pressuposto deste trabalho, observa-se que a relação trabalho e adoecimento de assistentes sociais configura-se como resultante de processos mais amplos da sociedade do capital, marcados por transformações no mundo do trabalho, processadas no cenário internacional a partir dos anos 1970 com a crise do capital e as estratégias construídas para o seu enfrentamento e que promovem processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho. Tais elementos têm impactado na precarização das políticas sociais e de serviços sociais e expressado nas condições para a realização do trabalho por parte do coletivo de trabalhadores/as, entre eles/as, os assistentes sociais.

A precarização das condições de trabalho se expressa no cotidiano dos serviços por meio de inadequadas condições materiais e físicas para a realização do trabalho (ausência de sala individualizada para a realização das atividades e atendimentos; além da ausência de telefone, computador, mesa, cadeira, ambiente ventilado, dentre outros), bem como, por meio de rebaixamento salarial, vínculos de trabalho inseguros, aumento de demandas, intensificação de atividades, retração de recursos institucionais e ausência do reconhecimento

das ações profissionais. Tais elementos tem determinado processos de adoecimento do trabalho, caracterizados pelo desgaste físico e mental, insatisfação com o trabalho, suas condições e relações, estresse, depressão e afastamento das atividades laborais, dentre outros.

## METODOLOGIA

A construção e o desenvolvimento desta dissertação estão fundamentados no materialismo histórico e dialético enquanto perspectiva teórico-metodológica, na pesquisa de tipo exploratória, de dimensão quanti-qualitativa, de abordagem bibliográfica e de campo, sendo esta última construída a partir de amostra probabilística.

Em relação ao materialismo histórico-dialético, Netto (2011) ressalta que o mesmo não se caracteriza como um meio formado por regras formais aplicáveis a um objeto voltado para uma investigação definida, acrescentando que

O objetivo do pesquisador, [...] é apreender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. O objeto de pesquisa tem, insta-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. [...]. Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade (NETTO, 2011, p. 22).

Assim, esta dissertação estuda o processo de adoecimento de assistentes sociais do ponto de vista histórico-estrutural da sociedade do capital, reconhecendo-o como determinado por transformações no mundo do trabalho, na era do capitalismo flexível, vislumbrado como um universo de sofrimentos e adoecimentos.

Tendo em vista o reduzido volume de produções que abordam a temática proposta no contexto brasileiro, este trabalho se desenvolve por meio de uma pesquisa de tipo exploratória<sup>13</sup>, mediante seu caráter inovador, ao se aproximar de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo e reconhecer a inexistência de dados relativos ao tema da pesquisa nesta região.

Ademais, a pesquisa recorre a dimensão quanti-qualitativa: a quantitativa será alcançada por meio de uma pesquisa de tipo probabilística que considera a totalidade de assistentes sociais no Sul do Estado do Espírito Santo, com cadastro ativo junto ao CRESS 17ª Região (conforme detalhada abaixo). Já a dimensão qualitativa contemplará questões abertas, onde se tentará compreender as implicações do trabalho e das condições de trabalho

---

<sup>13</sup> Segundo Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm o objetivo de proporcionar “visão geral, de tipo aproximativo”, “constituem a primeira etapa de uma aproximação mais ampla”, o que “exige revisão de literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos” e assim, o “produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”. “De todos os tipos de pesquisa”, afirma Gil (2008, p. 27), “são as que apresentam menor rigidez no planejamento”. Para Gil (2008, p. 28), a pesquisa exploratória está entre “as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

para o adoecimento profissional de assistentes sociais. A respeito da pesquisa qualitativa, Minayo (2002, p. 21/22) aponta que ela

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para o seu desenvolvimento, opta-se por duas abordagens principais: o estudo bibliográfico e a pesquisa de campo.

O estudo bibliográfico objetiva construir uma base teórico-metodológica a respeito do tema proposto pelo projeto. Tal levantamento se dá através de pesquisa em livros, coletâneas, teses, dissertações e nos principais periódicos da área de Serviço Social no Brasil. Para tanto, recorreremos as seguintes chaves de busca: “reestruturação produtiva”, “flexibilização do trabalho”, “precarização do trabalho”, “intensificação do trabalho”, “Serviço Social e trabalho profissional” e “adoecimento de assistentes sociais”.

Como parte do levantamento proposto, foi possível mapear as seguintes produções relativas as categorias em análise: Lourenço e Thomaz Júnior (2019); Navarro e Lourenço (2017); Nogueira e Tumelero (2015); Lourenço (2015); Raichellis (2011); Moraes (2016); Cruz (1997, 2005); Alves (2013); Iamamoto (2011), entre outros que, através de suas análises acerca do trabalho e suas implicações na vida dos sujeitos, contribuirão para o estudo proposto.

Já a pesquisa de campo foi realizada com assistentes sociais da região Sul do Espírito Santo, que é composta por 26 Municípios: Alegre; Alfredo Chaves; Anchieta; Apiacá; Atilio Vivacqua; Bom Jesus do Norte; Cachoeiro de Itapemirim; Castelo; Divino de São Lourenço; Dores do Rio Preto; Guaçuí; Ibitrama; Iconha; Irupi; Itapemirim; Iúna; Jerônimo Monteiro; Marataízes; Mimoso do Sul; Muniz Freire; Muqui; Piuma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul; São José do Calçado e Vargem Alta.

De acordo com dados disponibilizados pelo CRESS-ES-17ª Região, existem, nesta região, cerca de 655 assistentes sociais. Para se acessar a totalidade quantitativa de profissionais da região sul, estabeleceu-se a divulgação da pesquisa por meio de mecanismos de comunicação, como aplicativos de mensagens e redes sociais, disponibilizando o questionário *on-line*, por meio do aplicativo *Google Forms*.

A opção pelo questionário *on-line* considera os seguintes elementos: a. os impactos da pandemia da covid-19 nos serviços, especialmente, no trabalho de assistentes sociais; b. a

ausência de financiamento para realização da pesquisa e os gastos vinculados a pesquisa em modalidade presencial em uma região composta por 26 municípios e c. a viabilidade de sua execução a partir do tempo-limite para defesa da dissertação.

Já o recurso ao aplicativo *google forms* apresenta-se adequado por possibilitar o envio do questionário de pesquisa para o aparelho celular das/os participantes, possibilitando que as/os mesmas/os respondam a partir de sua disponibilidade, considerando o prazo-limite para envio das respostas. O *Google Forms* é um serviço gratuito, oferecido pela empresa *Google*. O uso do questionário *on-line* apresenta alguns benefícios para a realização da pesquisa, como a economia de recursos financeiros, uma vez que, por sua utilização se exclui a necessidade de impressão de materiais, o que remete ao cuidado socioambiental (MONTEIRO; SANTOS, 2019). Além do mais, a utilização de plataformas digitais na pesquisa acadêmica tem se demonstrado cada vez mais frequentes e eficazes, pois apresentam recursos e ferramentas que facilitam e favorecem o desenvolvimento de pesquisas de campo, especialmente no que tange ao alcance de pessoas e lugares geograficamente difíceis de se alcançar. Utilizar, portanto, esta ferramenta, representa uma inovação na metodologia científica e favorece novas maneiras de se fazer pesquisa, pois a utilização destas tecnologias representa a “integração de todos os espaços e tempos” (MORAN, 2015, p. 16).

Contudo, a proposta também considera os limites relativos ao preenchimento do questionário *on-line*, particularmente relacionados ao retorno efetivo das respostas por parte das/os participantes. Mesmo nestas condições, a amostra probabilística proposta considera os seguintes critérios: a. representação mínima de profissionais por município e; b. retorno de, pelo menos, 30% do quantitativo de profissionais do sul espírito-santense, o que totaliza a participação de 196 profissionais.

Tais critérios quantitativos consideram a validade científica da proposta, o reconhecimento das particularidades regionais e as possibilidades de generalização dos resultados da pesquisa.

Em relação ao questionário, o mesmo fora composto pelas seguintes variáveis: identificação profissional, trabalho, condições de trabalho e adoecimento do trabalho (Conforme apêndice 1). Para resposta ao questionário, fora disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (conforme apêndice 1), com todas as informações pertinentes a pesquisa, tais como: objetivos, riscos, sigilo quanto ao nome das participantes e participação voluntária.

Além disso, para a realização da pesquisa de campo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com Resolução 510 de abril de 2016, que dispõe

sobre a pesquisa com seres humanos, recebendo aprovação por meio do Parecer Consubstanciado do CEP nº 06.44.932.

A partir do desenvolvimento do trabalho bibliográfico e de campo, os dados foram analisados, tendo como norte a apropriação do materialismo histórico-dialético, sendo fundamentado pelo material coletado no estudo bibliográfico, especialmente, a partir das categorias flexibilização, precarização e intensificação do trabalho, com atenção aos aspectos singulares e aos elementos que se articulam às pesquisas regionais e nacionais a respeito do tema proposto.

Ainda em 2021, a informação disponibilizada pelo CRESS/ES 17ª Região era de que haviam 531 assistentes sociais no Sul Capixaba. Contudo, ao buscar a atualização desta informação, em maio de 2023, o CRESS/ES 17ª Região informou que o Sul do Espírito Santo conta com 655 profissionais inscritas/os (conforme mencionado anteriormente), evidenciando um crescimento de 124 assistentes sociais no período mencionado. De posse destes dados, vê-se que este crescimento não é uma característica exclusiva do Sul do Espírito Santo, mas de todo o estado, considerando que, em janeiro de 2021, haviam 4.906 profissionais inscritos naquela entidade e, em maio de 2023 este número cresceu para 5.337. Isto demonstra que a região Sul representa, atualmente, cerca de 18% do número de assistentes sociais do estado do Espírito Santo.

Destes, a pesquisa contou com a participação de 120 assistentes sociais, representando 18% dos/as profissionais inscritos no CRESS 17ª Região, com domicílios indicados no sul do Espírito Santo (Conforme Quadro 01). Tais dados, embora sejam significativos, não garantiram o quantitativo planejado para esta pesquisa.

Quadro 1 - Número de participantes por município

<b>CIDADE</b>	<b>Quantitativo de Participantes</b>
<b>Alegre</b>	06
<b>Alfredo Chaves</b>	02
<b>Anchieta</b>	05
<b>Apiacá</b>	01
<b>Atilio Vivacqua</b>	03
<b>Bom Jesus do Norte</b>	03
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	42
<b>Castelo</b>	01
<b>Divino de São Lourenço</b>	01
<b>Dores do Rio Preto</b>	01
<b>Guaçu</b>	03
<b>Ibitrama</b>	01
<b>Iconha</b>	02
<b>Irupi</b>	02
<b>Itapemirim</b>	01
<b>Iúna</b>	02

<b>Jerônimo Monteiro</b>	04
<b>Marataízes</b>	11
<b>Mimoso do Sul</b>	07
<b>Muniz Freire</b>	02
<b>Muqui</b>	07
<b>Piúma</b>	01
<b>Presidente Kennedy</b>	04
<b>Rio Novo do Sul</b>	01
<b>São José do Calçado</b>	05
<b>Vargem Alta</b>	02

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A pesquisa se desenvolveu no período de 12 a 22 de maio de 2023, alcançando a cooperação de diversos colegas da categoria no que tange a sua divulgação, por meio de grupos de comunicação, redes sociais e afins.

Nesta jornada, alguns atores se mostraram importantes para o alcance dos/as profissionais, como secretários municipais de assistência social e secretários municipais de saúde, que, compreendendo a importância e pertinência do tema, aderiram a iniciativa de compartilhar o convite para participação na pesquisa em suas respectivas cidades e ambientes de trabalho, incentivando a preenchimento do questionário.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados nesta dissertação que se organiza em três capítulos. O capítulo primeiro busca debater o mundo do trabalho e suas transformações, com ênfase nos processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho e suas implicações mediante as transformações globais, considerando as particularidades brasileiras. Trará uma abordagem histórica, considerando as transformações do trabalho ocorridas a partir da década de 1970. A metodologia utilizada para sua construção foi a pesquisa bibliográfica, que recorreu a autores clássicos e contemporâneos que debatem o tema.

O segundo capítulo aborda elementos relacionados ao trabalho de assistentes sociais, considerando o recorte geográfico definido para a pesquisa, sendo este a região sul do Espírito Santo. Para tanto, traz características da formação socioeconômica da região através de documentos e produção bibliográfica regional. Ainda apresenta dados coletados em pesquisa de campo, relacionados ao trabalho e as condições de trabalho de assistentes sociais na região sul do Espírito Santo.

O capítulo terceiro apresenta as implicações do trabalho sobre o processo de adoecimento de assistentes sociais. Nesse sentido, são considerados os processos de sofrimento e afastamento do trabalho, a insatisfação com o trabalho, o desgaste físico e mental, o estresse, a depressão e estratégias de cuidado e tratamento, além de um estudo sobre

os elementos que caracterizam o trabalho e as condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo, mediante análise de dados obtidos em pesquisa realizada com assistentes sociais desta região.

## **1 O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: FLEXIBILIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO**

Este capítulo objetiva abordar as transformações processadas no mundo do trabalho a partir da década de 1970 no contexto mundial e as particularidades brasileiras a partir de fins do século XX. Posteriormente pretendemos aprofundar as análises relativas às categorias precarização, flexibilização e intensificação do trabalho.

### **1.1 O mundo do trabalho e o trabalho no mundo: transformações globais e particularidades brasileiras**

A década de 1970 foi um período de expressivas mudanças no cenário capitalista global, decorrente da ascensão de uma ofensiva neoliberal que se tornou influência em todo o mundo, inclusive no Brasil, a partir da década de 1990. No curso destas mudanças, também foram processadas transformações no mundo do trabalho, muito embora não se possa afirmar que geraram benefícios à classe trabalhadora, uma vez que tais transformações, que se mantêm em curso até os dias atuais, incidem em alterações nas condições de trabalho e, conseqüentemente, alterações nas condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras, expressando-se na racionalização do trabalho vivo e no aumento da considerada força de trabalho excedente (ANTUNES, 2000, p. 34) – aqui, pode-se fazer menção ao conceito do exército industrial de reserva, apresentado por Karl Marx em sua crítica da economia política, frente ao desemprego estrutural das economias capitalistas -.

Neste cenário, as conseqüências para a classe trabalhadora enfeixam-se em múltiplas formas, com destaque para o desemprego estrutural. Observa-se um movimento contraditório: de um lado, a redução do operário fabril tradicional; do outro lado, a ampliação do subproletariado, expresso no trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, o assalariamento no setor de serviços; incorporação do trabalho feminino e exclusão de jovens e de idosos (SEVERINO, 2013, p. 5).

O cerne das transformações ocorridas no mundo e na particularidade brasileira, como reflexo da crise capitalista dos anos 1970 e das estratégias de enfrentamento à mesma, em que se destaca, inicialmente, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, tem como uma das principais conseqüências o desmonte de políticas públicas e, sobretudo, de direitos sociais da classe trabalhadora.

Silva (2011) afirma que estas mudanças se apresentam de forma mais evidente a partir da década de 1980, destacando a transição do sistema de produção keynesiano/fordista<sup>14</sup> para o sistema de produção pós-keynesiano/pós-fordista, que, segundo o autor, fora sustentado por ideias empreendedoristas e, no conceito de bem-estar social, como fruto da meritocracia, descaracterizando-o como direito social.

Convergente à análise de Silva (2011), Ceolin (2014) afirma que

[...] o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para a do mercado e a sociedade civil. A ideologia liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo os direitos sociais como função estatal e operando, assim, uma profunda despolitização da questão social, ao desqualificá-la como questão pública (CEOLIN, 2014, p. 253).

Neste contexto de crise do sistema fordista/keynesiano, emerge-se um padrão de acumulação flexível, que possui como característica “a divisão global do mercado e do trabalho, o desemprego estrutural, o capital volátil, o fechamento de unidades, a hegemonia financeira e a revolução tecnológica”. (CEOLIN, 2014, p. 252).

Para Ghiraldelli (2018, p. 98),

As transformações gestadas no mundo do trabalho nos últimos decênios têm alterado substantivamente a relação capital/trabalho, de forma a atender as prerrogativas da lógica reprodutiva e concentradora do capital. Tais mudanças engendram uma nova fase no mundo do trabalho caracterizada pela reestruturação capitalista que, juntamente com os preceitos neoliberais, é denominada por Harvey (1998) de acumulação flexível.

Acrescenta ainda que

Com a adesão ao ideário neoliberal e a reestruturação produtiva, o mundo do trabalho inaugura uma fase baseada na flexibilização, precarização e intensificação do trabalho (ALVES, 2005). Por isso, os efeitos desse quadro estrutural-conjuntural são danosos e perversos para as condições de vida e reprodução da classe trabalhadora como um todo, diante dos agravos à saúde desencadeados pelos processos de intensificação e precarização do trabalho. (GHIRALDELLI, 2018, p. 98).

---

<sup>14</sup> O Sistema Ford de Produção Industrial ou fordismo foi desenvolvido a partir da aplicação dos processos de produção em massa idealizados pelo empresário industrial norte-americano Henry Ford (1863-1947) em sua fábrica de automóveis em Detroit, Michigan, nos Estados Unidos da América a partir da primeira década do século XX. Ford buscava melhorar os seus índices de produtividade e de redução de custos com matéria-prima, mão de obra e tempo de produção. O fordismo influenciou todo o século XX em seus aspectos produtivos e mesmo culturais e educacionais (BONDARIK; KAVALESKI; PILATTI, 2014, p. 1).

Assim, é possível compreender que o processo de reestruturação produtiva, iniciado a partir da década de 1970, se intensifica com o avançar da política neoliberal, favorecendo mudanças nos processos de trabalho, com implicações para a classe trabalhadora como um todo. Para Silva (2011, p. 32), a reestruturação produtiva “impôs uma ofensiva contra o trabalho quando o capitalista, no intuito de elevação da mais-valia, aumentou a exploração da força de trabalho e diminuiu os custos da produção”.

Apesar de se considerar a década de 1970 o marco do início do movimento de reestruturação produtiva, o estudo bibliográfico sobre este fenômeno apontou dificuldades em se estabelecer uma descrição consensual sobre o que significa a reestruturação produtiva, especialmente ao se pensar as particularidades brasileiras, dado que se trata de um processo relativamente contemporâneo. Acerca disto, Tumolo (2001, p. 73) afirma que, “sob diversos aspectos, o único consenso é o “dissenso”. O autor ainda completa afirmando que,

[...] a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil é a ‘heterogeneidade generalizada’, que ocorre não só entre as empresas, mas também no interior delas. Por esta razão parece difícil estabelecer comparações e conexões entre as diversas partes díspares desse mosaico. (TUMOLO, 2001, p. 73).

Mesmo assim, é possível observar que o avanço das políticas neoliberais possibilitou o crescimento deste processo de reestruturação produtiva, que voltou-se a um movimento de flexibilização dos meios de produção do capital, passando a ter como principal objetivo a redução dos custos no processo de produção. No Brasil, aponta-se, para a origem deste processo de reestruturação produtiva a partir das contrarreformas<sup>15</sup> realizadas durante o governo do presidente Fernando Affonso Collor de Melo, que marcou o início do neoliberalismo no país (BUSNELLO, 2000).

Deste processo em diante notam-se medidas de flexibilização do trabalho, especialmente nas relações entre empregador e empregado. Ademais,

Como parte da nova política econômica, o governo Fernando Henrique Cardoso propõe mudança do sistema nacional de relações de trabalho, a fim de permitir maior liberdade e autonomia no estabelecimento das condições de trabalho. O conjunto das medidas adotadas e propostas contém uma alteração significativa dos direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis

---

<sup>15</sup> “Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista [...]. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. Portanto, o reformismo [...] é um patrimônio da esquerda” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 149).

trabalhistas, possibilitando assim que os mesmos sejam objeto de negociação entre as partes (os atores sociais) envolvidas (BUSNELLO, 2000, p. 26).

Este movimento de flexibilização se justifica pelo argumento neoliberal que considera o direito trabalhista no Brasil rígido e exagerado em sua intervenção estatal, em que apontam para a impossibilidade de se estabelecer uma regulamentação do trabalho que seja capaz de atender as demandas do mercado frente aos padrões internacionais, sendo necessária esta flexibilização para “aumento nas faculdades dos empresários para determinar discricionariamente a utilização da força de trabalho” (BUSNELLO, 2000, p. 26).

Em tese,

[...] o Neoliberalismo se opõe diretamente ao Keynesianismo vigente até então, que preconizava a atuação direta do Estado na economia e que essa atuação deveria preocupar-se com a geração do estado de bem-estar social. Ou seja, o Neoliberalismo faz ressurgir a defesa da monarquia - teoria política onde estão entre as funções do Estado apenas a promoção da segurança, da justiça e do poder de polícia, além da criação de legislação necessária para assegurar o cumprimento destas funções. E representa uma retomada do Laissez-faire (do francês, deixai fazer), chavão do liberalismo smithiano defendendo a redução do protecionismo nas trocas internacionais (ANDERSON et al., 1995, s/p).

Para Gentili (1996), este projeto de neoliberalismo se efetivou devido a sua natureza hegemônica, visto que se apresenta em uma dupla dinâmica, já que é tida como uma alternativa de controle composta por estratégias políticas, econômicas e jurídicas que objetivam a superação da crise dos anos de 1970 e também se apresenta como um projeto de reestruturação ideológica da sociedade, na intenção da construção e disseminação de ideais com senso comum que visam uma pretensa legitimidade às propostas neoliberalistas. Portanto, segundo o autor, se o projeto neoliberal encontrou espaço para tornar-se hegemônico, isso ocorreu devido a sua capacidade de consolidar uma mudança material radical, concomitantemente à reconstrução de discursos ideológicos da sociedade.

Para Ianni (1998, p. 28):

Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o ‘Estado mínimo’, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga.

Neste período de expansão neoliberal, e como uma das estratégias de enfrentamento à crise do capital nos anos 1970, há o processo de globalização. Para Fleury (1994), a globalização se refere a um fenômeno que se dá pela expansão das empresas multinacionais, que se dividem em diversas partes do território mundial, e que são reforçadas pelo desenvolvimento da tecnologia, que favoreceu o aprimoramento desta tendência de fragmentação da produção. Em outro momento, a mesma autora apresenta este fenômeno como responsável pela “desterritorialização da produção e circulação de mercadorias e de capitais, em uma fase de predomínio da lógica de acumulação financeira, dissociando o mercado da dimensão nacional, sob a qual se exerce o poder político estatal” (FLEURY, 2018, p. 109).

Held e McGrew (2001, p. 13) definem a globalização como “[...] a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais de interação sociais”. Para o autor, a globalização se refere a uma mudança na organização da sociedade a qual possibilita o atrelamento, ou aproximação, entre comunidades distantes, aumentando o poder das relações entre as maiores regiões do mundo.

Simplificadamente, a globalização pode ser entendida como o resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial. Em outras palavras, trata-se de um processo que, para avançar, requer a abertura dos mercados nacionais e, tanto quanto possível, a supressão das fronteiras que separam os países uns dos outros. O motor que impulsiona a globalização para diante é a competição, juntamente com tudo aquilo que ela exige como condições de sua realização integral, vale dizer, competição irrestrita (livre de entraves que a possam cercear) e universal (envolvendo todos em qualquer ponto do planeta). (MARTINS, 1996, p. 2).

No contexto das transformações globais do mundo do trabalho, tem-se debatido a questão da romantização do trabalho terceirizado, “que vem sendo alardeada pelos seus defensores, políticos e empresários, como requinte necessário para a modernização empresarial do país” (LOURENÇO, 2015, p. 452).

Lourenço (2015) reconhece a terceirização como um fenômeno objetivo, utilizado como ferramenta de contenção de gastos pelos capitalistas, usada para estes se livrarem dos custos eminentes da contratação da força de trabalho. Ou seja, a terceirização é um dos reflexos da reestruturação do capital e que aponta para o “alargamento da subproletarização da classe trabalhadora e, no oposto, a concentração de renda nas mãos do capital, cada vez mais internacionalizado e financeirizado” (LOURENÇO, 2015, p. 451).

No Brasil, vimos a criação de leis que buscaram legitimar a terceirização. Na década de 1970, o trabalho temporário fora regulamentado pela Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas (Lei nº 6.019/1974<sup>16</sup>) e, em seguida, já na década de 1980, a Lei nº 7.102/1983<sup>17</sup> autorizou o trabalho terceirizado de maneira permanente. Conquanto, na década de 1990 é sancionada a Lei nº 8.987<sup>18</sup>, que regulamentou o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

A terceirização não é nova. No caso brasileiro, sua perspectiva foi adotada como exigência da globalização econômica, quando, no início de 1990, sob batuta governamental de Collor de Mello, fazendo uso da justificativa de enfrentamento à crise econômica, foram estabelecidas as medidas neoliberais, garantidoras de maior liberdade econômica, não obstante, impôs-se a reestruturação produtiva. Assim, os direitos do trabalho foram taxados de riscos empresariais, muitos deles antes mesmo da sua efetivação. A conclusão é que o desenvolvimento do capital exigiu a abertura comercial e a desregulamentação das relações mercantis, incluindo a mercadoria força de trabalho. As políticas sociais foram elevadas à categoria de privilégios e de impedimentos para o desenvolvimento econômico, diga-se de maior acumulação capitalista (LOURENÇO, 2015, p. 451).

Com todas as tentativas de desmonte dos direitos trabalhistas desde a década de 1970, a terceirização no Brasil ganhou força, consolidando-se mais veementemente no ano de 2017, quando, durante o governo de Michel Miguel Elias Temer, sancionou-se a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017<sup>19</sup>), que atualizou a Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, em meio a um período de crise financeira vivido no país, tendo sido, também neste período, aprovada a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017<sup>20</sup>), que deu às empresas o direito de terceirizar mão de obra voltada para atividades-fim, e não apenas às atividades-meio, o que favoreceu o crescimento do trabalho terceirizado, privado de direitos trabalhistas.

A lei da Terceirização intensifica e extenua o quadro já presente no que se refere a contratação de trabalhadores/as por meio das Organizações Sociais (OS), no caso dos trabalhadores do setor público. Esse processo tem expandido nos últimos anos devido à necessidade de reduzir custos e retirar obrigações trabalhistas das empresas. A nova legislação permite a terceirização de atividade-fim, subcontratações (quarteirização), contratação sem concurso e não garante a geração de novos empregos. (DE SOUZA et al., 2018, p. 8).

Todas estas medidas resultam em consequências diretas e significativas para a classe trabalhadora, que é submetida ao aumento de riscos, como a “perda do emprego, a redução de

<sup>16</sup> BRASIL. Lei nº 6019, de 03 de janeiro de 1974. Brasília, DF.

<sup>17</sup> BRASIL. Lei nº 7102, de 20 de junho de 1983. Brasília, DF.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995. Brasília, DF.

<sup>19</sup> BRASIL. Lei nº 13429, de 31 de março de 2017. Brasília, DF

<sup>20</sup> BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, DF

salários, a precarização das condições e a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários” (DE SOUZA et al., 2018, p. 2).

Cabe salientar que a redução dos ganhos do trabalhador terceirizado, além de causar empobrecimento à classe operária, que vive dos seus salários, gera também custos sociais inegáveis, à medida em que aumenta a concentração de renda, além de reduzir a arrecadação fiscal e previdenciária, prejudicando, portanto, a sociedade como um todo (MORAIS, 2017, s/p).

Comumente, se discute a história dos avanços tecnológicos com o conceito de Revolução Industrial de maneira ampla, caracterizando este movimento como único, que teve seu início e segue evoluindo, sem aprofundar-se em suas mudanças. Embora isto, atualmente, a análise acerca das evoluções ocorridas nos avanços industriais e do mundo do trabalho considera diversos fatores e momentos históricos, os quais se manifestam de maneiras distintas no sistema capitalista.

Em meio a estas mudanças no sistema capitalista, entre movimentos e processos de trabalho que se alternam e que modificam seus rumos e formas de fazer, atualmente estes movimentos e processos desencadeiam mudanças na rotina e, especialmente, na forma de trabalhar. A chamada *Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0*, discutida por diversos intelectuais, atinge a esfera pessoal, funcional e social de pessoas por todo o mundo, reformulando a maneira de se executar diversas ações do cotidiano. Para Schwab (2019), temos enfrentado uma diversidade de desafios que implicam na transformação de toda a humanidade e que alterará de maneira considerável a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

Schwab<sup>21</sup> (2016 *apud* DIAS, 2021) apresenta, em seus estudos, a definição da Quarta Revolução Industrial como a transformação da humanidade, considerando o processo histórico baseado em revoluções anteriores. Para o autor, este processo de transformações iniciou-se por meio da *Primeira Revolução Industrial*, entre os anos de 1760 a 1840, com a construção das ferrovias e invenção de maquinarias que deram início ao processo de produção mecanizado. Em seguida, tem-se o que se considera a *Segunda Revolução Industrial*, entre os séculos XIX e XX, por meio da produção em massa, com a eletricidade e a montagem em escalas. Já a partir da década de 1960, com o avanço da computação e da internet, o autor identifica a chamada *Terceira Revolução Industrial*, que desencadeou, no cenário atual, a *Quarta Revolução Industrial*, onde se tem a internet móvel, presente em todos os meios, de fácil acesso, com grande inteligência artificial e máquinas com tecnologia avançada.

---

<sup>21</sup> SCHWAB, K. **The Fourth Revolution**. World Economic Forum, 2016.

Para ilustrar este contexto histórico apresentado e favorecer o entendimento acerca das alterações vividas pelo movimento de Revolução Industrial, recorreremos a tabela<sup>22</sup> elaborada por Priscecaru (2016).

Quadro 2 - Principais Características das Revoluções Industriais. Tradução do autor.

Período	Período de Transição	Recurso Energético	Principal Conquista Técnica	Principais Industrias Desenvolvidas	Meios de Transporte
<b>I. 1760 - 1900</b>	1860-1900	Carvão	Motor a vapor	Têxtil, aço	Trem
<b>II. 1900 - 1960</b>	1940-1960	Óleo, eletricidade	Motor de combustão interna	Metalúrgica, automobilística, construção de máquinas	Trem, carro
<b>III. 1960-2000</b>	1980-2000	Energia Nuclear, gás natural	Computadores, robôs	Automobilística, química	Carro, avião
<b>IV. a partir de 2000</b>	2000-2010	Energias verdes	Internet, impressora 3D, engenharia genética	Industrias de alta tecnologia	Carro elétrico, trem ultra rápido

Fonte: Priscecaru (2016, p. 57).

A Quarta Revolução Industrial, como se vê, tem seu progresso atribuído ao avanço tecnológico, que apresenta a cada dia inovações que resultam em transformações nos padrões do mercado de trabalho. Tem-se, baseado na eminente revolução da tecnologia processadora, sofisticada e integrada, a transformação da sociedade e da economia (SCHWAB, 2016).

Estes avanços tecnológicos, especialmente os de comunicação, geram impactos na rotina de trabalho, uma vez que dificultam o “desligamento” de trabalhadores/as das demandas impostas institucionalmente, considerando o acesso contínuo ao/a profissional por meio dos celulares. “O trabalho não se limita mais apenas a um espaço específico, mas gravita por todos os poros da vida social. Comemora-se que já não há mais o controle da jornada de trabalho” (SOUZA, 2022, p. 127).

No linear destes avanços tecnológicos, trabalhadores/as se veem invadidos/as por uma nova forma de produzir, em que o discurso de que é vantajoso o conforto de se trabalhar na própria casa, ou sem horário definido se contradiz com a exigência pela disposição a tempo e hora por meio das plataformas digitais. Souza (2022, p. 130) complementa:

[...] teletrabalho, trabalho virtual, trabalho por app, plataformização, ensino remoto, home office, entre outras palavras que vão se popularizando a partir do léxico da 4ª RI e radicalizando as condições pré-existentes para o controle social e do trabalho e maior acumulação capitalista. No oposto, o processo de trabalho se individualiza e se efetiva por meio da prestação de serviços precedidas por cadastros em plataformas *on line*, cujas atividades dependem dos meios fornecidos pelos próprios

<sup>22</sup> No contexto deste trabalho, a tabela foi transformada em quadro para adequar-se as normas da ABNT.

trabalhadores e trabalhadoras, que passam a adquirir os meios de trabalho e a estabelecer as melhores estratégias, horários e habilidades para os seus rendimentos.

Tudo isso, em se tratando de uma realidade vivenciada pelos/as trabalhadores/as, ocorre a revelia da Lei nº 12.551/11<sup>23</sup>, que alterou o artigo 6º da Consolidação das Leis de Trabalho, equiparando o trabalho exercido por meios informatizados ou telemáticos aos exercidos de forma direta e pessoais. Na prática, não se pode afirmar que isto vem se efetivando.

É notório, após as análises construídas, que, ao longo da sua trajetória, o mundo do trabalho sofreu as mais diversas transformações, desde os processos de produção, aos avanços e retrocessos de direitos trabalhistas e avanços tecnológicos, que geram impactos diretos para a classe trabalhadora.

## **1.2 Flexibilização, intensificação e precarização do trabalho: aproximações teórico-conceituais**

Neste item da dissertação, nos aproximaremos de produções bibliográficas que problematizam os conceitos flexibilização, intensificação e precarização do trabalho, reconhecendo as suas particularidades e a sua intrínseca articulação, constituindo estratégia de dominação do capitalismo, no contexto da reestruturação produtiva, da globalização econômica e do ideário neoliberal.

As transformações ocorridas no mundo, a partir do sistema capitalista de base neoliberal, representaram alterações importantes no cenário das políticas sociais públicas e interferem na condição de bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras.

Parafraseando Alves (2013, p. 182):

O trabalho constitui-se no primeiro dado histórico de toda a humanidade como elemento essencial da sociabilidade humana. Pelo trabalho o homem se relaciona com a natureza e com outros homens. Transforma a realidade que o cerca e a si mesmo. Portanto, o trabalho não é circunstancial e sim essencial ao ser humano; compõe sua condição ontológica, ou seja, é constitutivo do ser. Como dado histórico, é dessa dimensão que se constituem a práxis e a sociabilidade.

---

<sup>23</sup> BRASIL. Lei nº 12551, de 15 de dezembro de 2011. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. . Brasília, DF, 15 dez. 2011.

Desta forma, é possível compreender que o exercício do trabalho supera os limites da venda da mão de obra por parte do trabalhador, visto que além de ser o meio de obtenção de renda e de conquistas pessoais, o trabalho também está relacionado a processos de aceitação social, elemento importante na ascensão e localização daquele sujeito dentro de uma sociedade. Mas, é preciso considerar que o direito ao trabalho não é alcançado por todos, embora a sua necessidade seja elementar para a construção do meio em que vivem.

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão (GOMES, 1999, p. 55).

Ainda a respeito dos significados do trabalho, Alves (2013) aponta que o mesmo diferencia o/a trabalhador/a dos demais seres vivos:

O ser social é capaz de realizar uma AÇÃO TRANSFORMADORA CONSCIENTE: é esse elemento que distingue o ser humano dos demais seres vivos. Assim, no processo do trabalho, é possível, pela consciência, refletirmos sobre o que transformamos, como transformamos e quais as consequências dessa transformação. Esse exercício operado pela consciência se dá em condições materiais socialmente e historicamente construídas, ou seja, a consciência não pode ser analisada como um epifenômeno (ALVES, 2013, p. 183. Grifo do autor).

Destarte, é pouco discutido, acerca do reconhecimento, por parte da classe trabalhadora, de que as novas condições impostas pelo capitalismo são prejudiciais as suas condições subjetivas e de saúde, enquanto sujeitos sociais. Por isso, reconhece-se a urgência de se estudar com maior ênfase estas condições, especialmente em um contexto de ampliação das expressões da questão social<sup>24</sup> na conjuntura de um Estado radicalmente neoliberal, onde se faz necessário enfatizar o pensamento crítico-reflexivo relativo à condição de classe trabalhadora, uma vez que, ao se submeterem a estes processos de trabalho, expõem-se as duras consequências da precariedade do trabalho, muitas vezes por considerarem ser o justo e o normal, mediante a posição social que o trabalho lhes oferece, conforme mencionado anteriormente.

---

<sup>24</sup> [...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto as apropriações dos seus frutos mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

O capital implica, por definição, a potencialização da força produtiva do trabalho, que se apresenta como força produtiva exterior ao trabalho e instrumento de debilitação do trabalhador. É, no entanto, na qualidade de capital fixo que o maquinismo torna o trabalhador dependente, objeto de apropriação e dominação (IAMAMOTO, 2002, p. 69).

No entanto,

Esse é um problema que os povos do mundo em desenvolvimento devem enfrentar em sua vida e em seu crescimento. Espera-se que eles tomem cuidado com modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho (THOMPSON, 1998, p. 302).

Estes elementos representam, mesmo que preliminarmente, o entendimento de que os processos de trabalho sustentados pela conjuntura histórico-estrutural interferem na subjetividade de trabalhadores/as.

Para Marx (1998, p. 202), o processo de trabalho é caracterizado pela: “[...] 1) atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. Portanto, pode-se compreender o processo de trabalho como a atividade que, orientada a um fim, age sobre o objeto de trabalho e o modifica por meio de seu instrumento e capacidade técnica, estando interligado a atividade humana.

Trazendo estes condicionantes à conjuntura do país, vê-se que o Brasil convive com uma realidade de constantes enfrentamentos da classe trabalhadora em busca da garantia de seus direitos. Com isto, estes trabalhadores e trabalhadoras vivenciam processos de reestruturação do capital, que desfavorecem a classe trabalhadora e acometem alterações nas políticas sociais públicas, o que, conseqüentemente, impacta nas suas condições de trabalho, afetando, assim, a saúde destes profissionais, expostos aos condicionantes dos processos de trabalho, frente a relações hierárquicas autoritárias, impositivas e opressoras.

Ademais,

Entendemos, ao tratar da realidade presente em alguns países de capitalismo avançado, que a classe-que-vive-do-trabalho, em sua nova morfologia, compreende distintos polos que são expressões visíveis da mesma classe trabalhadora, ainda que eles possam se apresentar de modo bastante diferenciado (diferenciação, aliás, que não é novidade na história da classe trabalhadora, sempre clivada por gênero, geração, etnia/raça, nacionalidade, migração qualificação, etc.) (ANTUNES, 2020, p. 60-61).

Os elementos até aqui discutidos compõem os impactos causados por uma conjuntura de neoliberalismo, entendida por Laurell (2009) como sendo um plano mundial organizado na

sociedade que objetiva o redesenho das classes sociais, apresentando como proposta um conceito de sociedade composta, majoritariamente, pelos donos dos meios de produção (TOLEDO, 2009).

Neste sentido, vê-se crescente o número de medidas que desmontam as conquistas trabalhistas, ao se notar vínculos precários, contratos flexibilizados, desvalorização salarial e diminuição das condições adequadas de trabalho, concomitante à desproteção social dos/as trabalhadores e trabalhadoras.

Isto posto, nota-se que as consequências relacionadas as mudanças dos processos de trabalho na vida dos sujeitos estão ligadas ao fato dos/as trabalhadores/as estarem inseridos/as na dinâmica das atuais conjunturas, vivenciando as questões que se relacionam a esta sociedade capitalista e que, historicamente, os submetem a divisão social e técnica do mundo do trabalho.

Desta forma, como vimos que o trabalho constitui em parte essencial na vida dos sujeitos, se torna evidente que o agravamento das já precárias condições de trabalho repercute na vida de trabalhadores. Neste sentido, compreender o novo perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho frente a “nova cultura” do trabalho, de flexibilização, intensificação e precarização do trabalho torna-se um desafio importante e necessário para se entender os reflexos destes mecanismos na vida daqueles que vendem a sua força de trabalho.

Para se obter uma análise acerca da *flexibilização do trabalho*, é importante que se compreenda seu processo histórico, iniciado na crise dos anos de 1970, onde o setor de indústrias vivenciou um período de turbulência, em virtude da saturação dos mercados e com uma recessão econômica que gerou o crescimento da concorrência internacional (MENDONÇA, 1990).

Nesse período, diversas indústrias e empresas se viram obrigadas a implementar reestruturações nas suas formas de produção e de gerenciamento, utilizando-se da flexibilização de suas relações junto àqueles que vendiam a sua força de trabalho.

Neste contexto, ampliam-se os debates relativos à flexibilização para a jornada de trabalho, que contou com redução da carga horária, flexibilidade de contratos, horas por compensação, trabalho domiciliar (ROHM; LOPES, 2015), – atualmente denominado *home office* –, entre outros, demonstrando que tais medidas tinham como intenção o aumento da produção nas indústrias e empresas.

Para Costa (2013), em relação ao trabalho domiciliar, há a defesa de que esta versatilidade no local de trabalho favoreça o/a trabalhador/a e os proprietários das empresas, uma vez que possibilita ao/a trabalhador/a que passe maior parte do tempo em casa,

convivendo com os seus, favorecendo a organização da rotina profissional e pessoal, além de aumentar a satisfação do/a trabalhador/a que, nesta lógica, torna-se mais produtivo.

Neste contexto, há, nos processos de reestruturação e flexibilização do trabalho, também um movimento de *intensificação*, que para Pina e Stotz (2014, p. 150) “é um fenômeno global, abrange inúmeras categorias profissionais, em diversos países e setores produtivos de bens e de serviços privados ou públicos”.

Este processo de intensificação do trabalho está relacionado a utilização de tecnologias nos modos de produção e de organização que requerem maior utilização da mão de obra, tanto física quanto intelectual e emocional de trabalhadores/as. Todo e qualquer exemplo de trabalho requer o emprego da energia e de esforços, todavia, há alternâncias nestes níveis de intensificação, de acordo com as atividades executadas (DAL ROSSO, 2008).

Portanto, a intensificação do trabalho apresenta-se através de instrumentos que objetivam o crescimento da produção por meio de um consumo elevado da mão de obra de trabalhadores/as. Em tese, ela – a intensificação – ocorre na cobrança do aumento do esforço de trabalhadores/as, mesmo mantendo as condições oferecidas para a execução do trabalho.

A caracterização da intensificação do trabalho pode ocorrer quando há mudanças nos processos de trabalho que aumente o esforço de trabalhadores/as, não sendo, necessariamente, um movimento coletivo, mas individual (DAL ROSSO, 2008).

Tavares (2017) analisa o conceito de intensificação abordado por Green (2001) e ressalta que:

[...] a intensificação do trabalho não consiste apenas na elevação da carga-horária trabalhada, mas também – e principalmente – no aumento da proporção de horas de efetivo trabalho produtivo para cada hora da jornada de trabalho. A fim de explicar o conceito de intensificação do trabalho, o autor traz a distinção entre esforço extensivo e esforço intensivo: o primeiro consiste no tempo despendido no trabalho, enquanto o segundo corresponde à intensidade que o trabalho tem durante as horas trabalhadas. Ambos os esforços contribuem para a intensificação do trabalho (TAVARES, 2017, p. 63).

Ou seja, esta intensificação no mundo do trabalho está relacionada a práticas de exploração que afetam o trabalhador nos processos de trabalho.

É devido a estes fenômenos de flexibilização e intensificação que trabalhadores/as se veem também submetidos a condições de trabalho precárias e que incidem em seu modo de viver.

A precarização do trabalho caracteriza-se pela falta de regulamentação e à perda de direitos trabalhistas e sociais, através do incentivo à legalização dos trabalhos

temporários e da informalização do trabalho. Um fator importante na busca de uma visão totalizante é a categorização da precariedade do trabalho decorrente da ruptura de vínculos empregatícios ou de sua descentralização, incluindo a intensificação de outras condições de trabalho que prejudicam o desempenho do trabalhador, a exemplo da intensificação da jornada de trabalho, a redução salarial, a desproteção, a desregulamentação, os empregos terceirizados e a descontinuidade do trabalho. (PIALARISSI, 2017, p. 3)

No caso brasileiro, observa-se um processo de pauperização, inclusive entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho, como resultado de uma trajetória marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999, p. 412).

A terceirização e a flexibilização na economia afetam o mercado de trabalho em todo o Brasil e no mundo, combinando desemprego, desassalariamento e crescimento de trabalhos precários. Ademais, a redução de vagas de trabalho e o aumento do desemprego ampliam as possibilidades de contratações precárias (POCHMANN, 2001).

Precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um deslocamento no espaço-tempo da condição de proletariedade. Ora, a superpopulação relativa em si, como categoria social, é expressão da precariedade do trabalho assalariado. Precariedade é uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. Mesmo o trabalhador assalariado que flui por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a precariedade é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado). Entretanto, o incremento da produtividade do trabalho tende a impulsionar o movimento de precarização do trabalho assalariado, explicitando, portanto, novas determinações da precariedade viva (ALVES, 2007, p. 103).

A insegurança da classe trabalhadora, com fragilidades contratuais, é fruto da experimentação da precarização do trabalho, que nasce de uma conjuntura histórica relacionada ao capitalismo neoliberal, que tem como objetivo o mais valor. Para tanto, cria estratégias de intensificação e exploração da força de trabalho, somada ao desmonte de direitos sociais e trabalhistas, acarretando na fragmentação social e na diminuição de perspectivas de carreira de trabalho (ALVES, 2007).

Portanto, esta precarização do trabalho, especialmente no Brasil, pode ser estudada como um fenômeno de alterações do mercado de trabalho, que favorece o aumento da informalidade, das formas flexíveis de contratações, do desemprego, das precárias condições de trabalho, além de favorecer o desgaste físico e emocional de trabalhadores/as.

## **2 ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: Trabalho e condições de trabalho**

Este capítulo aborda questões referentes ao trabalho de assistentes sociais, estabelecendo como recorte geográfico a região sul do estado do Espírito Santo. Em sua análise, apresenta as características econômicas da região mediante consulta a documentos e produção bibliográfica regional, bem como dados descritos por institutos de pesquisa, como o Instituto Jones dos Santos Neves<sup>25</sup> e meios de comunicação acessados pelo grande público e validados no âmbito do estado e do país, como canais de televisão e sites de jornalismo.

Por fim, trata dos resultados da pesquisa com assistentes sociais do Sul do Espírito Santo, com destaque para os elementos que caracterizam o trabalho e suas condições de trabalho.

### **2.1 Sul do Espírito Santo: características de sua formação socioeconômica**

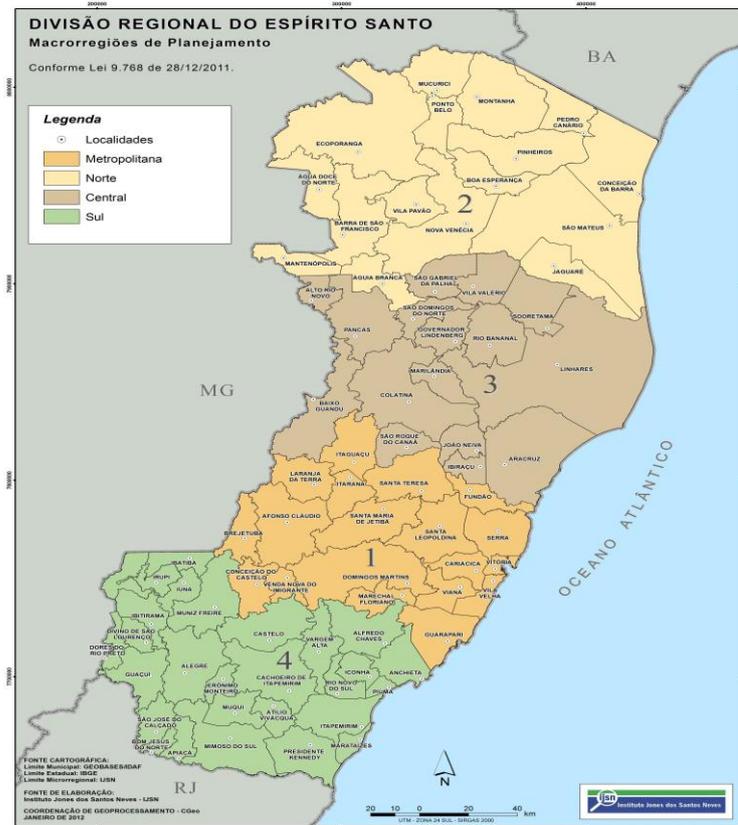
Com uma população de cerca de 3.833.486 habitantes (IBGE, 2022), o estado do Espírito Santo está localizado na região sudeste do Brasil, fazendo divisa com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Sua importância histórica para o País se destaca por ter sido um dos primeiros locais explorados pelos Portugueses, a partir do ano de 1535, quando da colonização do Brasil, além de ter recebido imigrantes de outros países, com destaque para Europeus. Além da característica histórica, o estado é contemplado por uma geografia rica de um extenso litoral, banhado pelo oceano atlântico e cercado por serras. O Espírito Santo é favorecido com uma grande infraestrutura, que integra ferrovias e estradas e que ligam o território capixaba a diversas regiões do país (CAMPOS, S/d).

Para melhor visualizarmos esta divisão geográfica do estado, o mapa desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (Figura 1) revela as divisões internas e os limites interestaduais do Espírito Santo.

---

<sup>25</sup> Trata-se de uma Repartição Pública, de autarquia Estadual do Estado do Espírito Santo, que tem como objetivo a produção de conhecimento científico através de estudos, pesquisas e projetos por meio de base de dados estatísticos e geográficos que subsidiam a elaboração de Políticas Públicas estaduais.

Figura 1 - Limites e Regionalizações - Divisão Regional do Espírito Santo - Macrorregiões de Planejamento



Fonte: IJSN (2012).

De acordo com Campos (S/d), no Espírito Santo há uma forte influência cultural marcada pelas tradições europeias, africanas e indígenas. Dentre as principais manifestações culturais presentes no estado, chama atenção as festas religiosas e folclóricas, a exemplo da cidade de Muqui, no sul do estado, que sedia o Festival do Boi Pintadinho, no período do carnaval, e o Encontro Nacional de Folias de Reis, o maior e mais antigo do gênero do país. Entre outras tradições, vê-se o artesanato, o congo, as panelas de barro e a moqueca capixaba, principal prato da culinária do estado.

Quanto ao setor econômico, atualmente há uma tendência de valorização do potencial petrolífero, com investimentos de melhoria de infraestrutura que vem favorecendo, consequentemente, os demais setores econômicos. Com uma melhor infraestrutura logística, facilita-se o fluxo de matérias-primas e de produtos, que atraem indústrias e incentiva a produção agrícola. Com estas características, o Espírito Santo apresenta uma alta capacidade para as suas atividades econômicas, destacando-se as atividades portuárias, os recursos naturais e a agricultura diversificada (SESSA; BARROS, 2017, p. 04).

Para a construção deste trabalho, definiu-se como recorte geográfico a região sul do estado do Espírito Santo, também chamada microrregião sul. Subdivida entre Caparaó, Litoral Sul e Central Sul.

Apesar de observar-se algumas divergências de dados, para esta pesquisa de dissertação optou-se por utilizar OS dados do IBGE (2020), onde vê-se que a região sul conta com uma população de cerca de 682.396 habitantes, divididos entre os 26 municípios que compõem esta microrregião capixaba, sendo eles: Alegre; Alfredo Chaves; Anchieta; Apiacá; Atilio Vivacqua; Bom Jesus do Norte; Cachoeiro de Itapemirim; Castelo; Divino de São Lourenço; Dolores do Rio Preto; Guaçuí; Ibitrama; Iconha; Irupí; Itapemirim; Iúna; Jerônimo Monteiro; Marataízes; Mimoso do Sul; Muniz Freire; Muqui; Piúma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul; São José do Calçado e Vargem Alta.

Além disso, o sul do Espírito Santo possui características singulares, sendo uma região rica em turismo, em virtude de sua proximidade ao mar e de também dispor de regiões montanhosas, além da riqueza cultural, com folclores e culinária que atraem admiradores de todo o país. A região também movimenta sua economia através da cultura cafeeira e da agricultura em geral, da exportação de rochas ornamentais, do petróleo, entre outras, que dão destaque e elevam seu nível de importância para o estado e o país.

A região Sul do Espírito Santo consolidou sua importância a partir da emergência do café, tornando-se economicamente, ao longo do século XIX, a mais importante da província capixaba. O crescente desenvolvimento da atividade cafeeira fez com que a região do Itapemirim (principalmente Cachoeiro de Itapemirim) ganhasse destaque no fim do século XIX. Uma das mais antigas referências da área onde estaria situada Cachoeiro era ligada às tentativas de exploração das Minas do Castelo. (FERREIRA, 2015, p. 57).

A colonização da região Sul do Espírito Santo iniciou-se no final do século XVIII, devido a “redução da quantidade de metais preciosos extraída nas zonas de mineração da Capitania de Minas Gerais” (PARAISO, 2014, p. 23). Ferreira (2015) aponta que a importância da região sul para a economia está ligada à agricultura, por meio da produção e exportação do café. Esta cultura cafeeira, na região, obteve um significativo crescimento a partir de 1870, transformando a região Sul “na maior produtora de café, na de maior importância arrecadada e até mesmo de maior população” (QUINTÃO, 2008, p. 89)

Com estas características, a região sul alcançou extrema importância para o estado, àquela época ainda província, chamando atenção de governantes que passaram a se interessar em afinar a relação entre aquela região e a capital (QUINTÃO, 2008).

Para além da atividade agrícola, o sul do Espírito Santo também possui uma outra potência econômica, com menor tempo de exploração do que o setor cafeeiro, mas com uma relevância que gerou e tem gerado grande impacto na economia local:

Em 2000 foram confirmados os indícios de que a costa sul capixaba abriga um grande lençol petrolífero, continuação da Bacia de Campos. Embora não haja uma avaliação precisa de sua extensão, é grande a expectativa de um novo ciclo de investimentos a médio e longo prazo, na região. (ESPÍRITO SANTO, 2001, p 12).

De forma geral, o estado do Espírito Santo tem também no setor de rochas um grande arcabouço para a sua economia, sendo o maior exportador do segmento na América Latina. Mesmo esta cultura estando disseminada em quase todo o território estadual, a região Sul abriga o mais antigo polo de exploração, e também o maior parque industrial de beneficiamento do estado (ESPÍRITO SANTO, 2001). Isto reflete diretamente na geração de emprego e renda das cidades desta mesorregião capixaba.

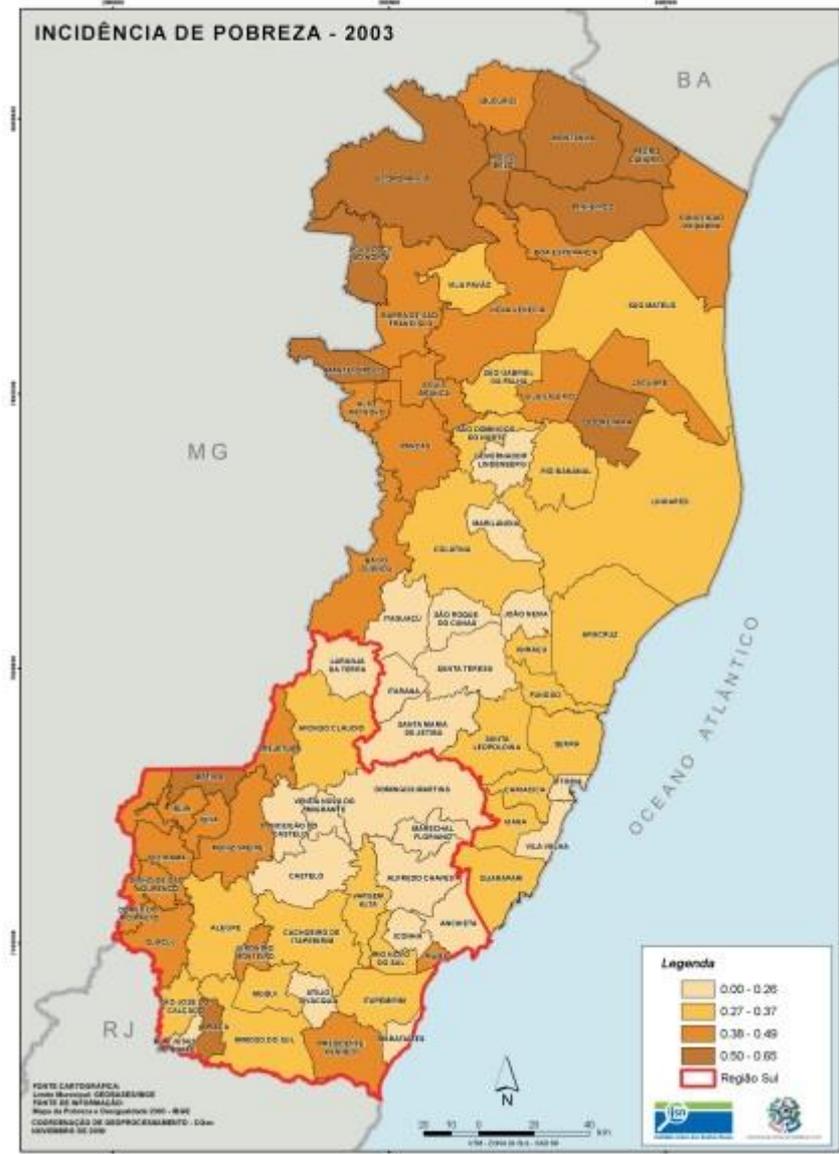
Com essa riqueza que gera economia, a região se destacou com um dos menores índices de pobreza na década de 2000 a 2010. Para realizar uma análise que possibilite identificar o processo de desenvolvimento da região, utilizamos dados da década de 2000 a 2010 para posteriormente compararmos a dados recentes. Frente a isso, foi identificado, em pesquisa intitulada “Perfil da Pobreza – Microrregiões do Sul do Espírito Santo”, realizada em 2010, pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que, considerando o número de habitantes da região, haviam “175 mil pobres nos municípios pertencentes às microrregiões do sul e 824 mil nos municípios que compõem as demais microrregiões” (NEVES; SAMPAIO, 2010, p. 20).

A referida pesquisa utilizou de metodologia baseada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando os elementos:

[...] (i) incidência, que revela a proporção de pobres em relação à população total de determinada área; (ii) hiato, definido como a medida do custo per capita de eliminar a pobreza ou como a distância média dos pobres em relação à linha de pobreza; e (iii) severidade, ou hiato quadrático da pobreza, indicador de sensibilidade à distribuição de renda e/ou consumo entre os pobres (NEVES; SAMPAIO, 2010, p. 20).

Assim, cabe apresentar o mapa ilustrado na pesquisa, que demonstra o quantitativo de pessoas em condição de pobreza em cada município do Espírito Santo, segundo o IBGE (2008 *apud* NEVES; SAMPAIO, 2010), onde é possível verificar que as cidades da região sul do estado apresentaram, neste período, um número menor em relação as demais regiões:

Figura 2 - Incidência da pobreza – Espírito Santo – Municípios – 2003



Passadas duas décadas do estudo, buscou-se comparar tais dados com pesquisas atuais, de modo que se possa observar as possíveis mudanças do cenário na região. Um estudo realizado pelo mesmo Instituto Jones dos Santos Neves, publicado em 2021, chama atenção ao mostrar que o quantitativo de pobreza e extrema pobreza na região sul (nesta pesquisa desmembrada entre Central sul, Litoral sul e Caparaó) permanece abaixo das demais regiões do Estado, considerando a maioria dos municípios da região. Contudo, existem contradições em alguns destes dados, visto que, segundo o estudo intitulado “Perfil da Pobreza no Espírito

Santo: famílias inscritas no CadÚnico, 2021<sup>26</sup>”, quatro<sup>27</sup> cidades da região sul compõem a relação dos maiores índices de pobreza e extrema pobreza do estado.

De toda forma, como objeto de trabalho do Serviço Social, recorrer a dados relativos à pobreza e à extrema pobreza, como expressões da questão social, se torna relevante, por esta ser a base de fundação sócio-histórica da profissão, particularizando as suas expressões na região em que realizamos a pesquisa, e pelo fato desta justificar a existência de políticas sociais, espaço funcional-ocupacional do Serviço Social.

Deste modo, compreende-se questão social a partir de Iamamoto (2001, p. 16), que a define como “conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura”. Enfatiza a autora que estas expressões são,

[...] portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Nesta direção, Netto (2001) afirma que,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

Estes elementos sinalizam a compreensão de que a questão social se encontra na base do exercício profissional e está ligada ao significado social do trabalho de assistentes sociais, pois se reconhece que a intervenção profissional se inscreve nas reproduções das relações sociais (CLOSS, 2015).

Diante disso, faz-se necessário que se remeta a análise para o tema da precarização do trabalho e adoecimento profissional nesta região, já que, com os dados e informações até aqui apresentados, notamos elementos sociais singulares que caracterizam o Sul do Espírito Santo como uma região que se apresenta desenvolvida, mas que, como se vê, conta com a presença de expressões da questão social que perpassam a relação de trabalho e renda. No entanto, ao se realizar uma busca bibliográfica e estatística, nota-se escassez de dados que correspondam objetivamente à região quando se busca analisar características acerca da precarização e adoecimento como resultado das condições do trabalho. O reduzido número de estudos

<sup>26</sup> NEVES, I. J. S. (org.). **Perfil da pobreza no Espírito Santo**: famílias inscritas no CadÚnico 2021. Vitória, 2021.

<sup>27</sup> Presidente Kennedy, Muqui, Apiacá e Itapemirim.

regionais evidencia lacunas na produção do conhecimento, enfatizando a necessidade de pesquisas a respeito do tema.

## **2.2 Trabalho e condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo**

Após aproximações realizadas com análises relativas as particularidades do estado do Espírito Santo e do Sul capixaba, dedicaremos os esforços à descrição e análise do perfil dos/as profissionais e dos elementos que caracterizam o trabalho e as condições de trabalho de assistentes sociais no Sul deste estado, conforme o segundo objetivo específico desta dissertação.

Para iniciar e, enquanto base de sustentação teórico-metodológica da pesquisa, reconhecemos que o Serviço Social é uma profissão de caráter liberal, regulamentada pela Lei Federal nº 8.662 de 1993<sup>28</sup>. É por meio desta legislação que a profissão conquista seu espaço ocupacional, sendo reconhecida pelas instituições empregadoras na divisão sociotécnica do trabalho. Por ela é possível identificar, entre outros elementos, as atribuições dos/as assistentes sociais, as vedações para sua atuação, seus direitos, deveres e as competências do conjunto CFESS-CRESS, no que diz respeito ao seu objetivo, qual seja, a defesa do exercício profissional de assistentes sociais. Em complementação, há que se citar a Lei 12.317/2010<sup>29</sup>, que acrescentou um dispositivo à Lei de Regulamentação da profissão, consolidando o tempo de duração da jornada de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais.

Ainda, em se tratando do trabalho de assistentes sociais, a Resolução CFESS nº 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. Nela é possível identificar elementos que se caracterizam como indispensáveis para o alcance de uma atuação profissional adequada e que corresponda aos princípios ético-políticos da profissão.

Destarte, para o desdobramento deste item, é pertinente que se compreenda os variados espaços ocupados profissionalmente por assistentes sociais, cada vez mais presentes em instituições públicas, privadas, no terceiro setor e com atuação por meio de assessorias e consultorias. Segundo Piana (2009, p. 86), assistentes sociais estão inseridos nas seguintes áreas:

---

<sup>28</sup> BRASIL. **Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

<sup>29</sup> BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2010.

[...] proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho [...].

Apesar de historicamente o setor público ser o principal empregador de assistentes sociais (IAMAMOTO, 1999), tem-se visto que o Serviço Social compõe o conjunto de profissões indispensáveis para análise e enfrentamento das expressões da questão social, o que vem acarretando a ampliação destes/as profissionais em diferentes espaços ocupacionais.

No âmbito do mercado de trabalho do Serviço Social, ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais [...], por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (RAICHELLIS 2018, p. 51).

Para Camargo (2021, p. 495),

O mercado de trabalho para os assistentes sociais vem sendo modificado não apenas em relação às demandas e às requisições profissionais; está revestido de uma intensa precarização das condições e relações de trabalho, e na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho.

Moraes, Azevedo e Silva (2023, p. 09) afirmam que

*a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais, no Brasil, na entrada do século XXI, tem sido restringida à precarização do trabalho, em diferentes níveis, dimensões e configurações, a depender do campo de atuação, do vínculo de trabalho, do ente empregador e das condições para a realização do trabalho, dentre outros.*

De forma ampla, Iamamoto (1999) destaca que o trabalho e a formação profissional na área de Serviço Social se conectam na busca pela resposta de um desafio comum, buscando a qualificação do desempenho de assistentes sociais, tornando possível a atualização e adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, reafirmando seu compromisso na direção da construção da cidadania, manutenção da democracia e busca pela equidade e liberdade.

A pesquisa aqui discutida considera uma região constituída de municípios de pequeno porte, localizada no interior do Estado do Espírito Santo. Mesmo com este recorte geográfico, observam-se elementos que se comunicam com a realidade observada em pesquisas realizadas

em demais regiões do Brasil (CFESS, 2022; MORAES, 2022; SANTOS; MANFROI, 2015), o que nos remete a reflexão de que o Serviço Social, como um todo, encontra-se exposto aos constrangimentos processados pelas transformações do mundo do trabalho, marcadas pela reestruturação produtiva na era do capitalismo de tipo neoliberal.

Neste sentido, para interpretação dos resultados da pesquisa apresentados neste e no próximo capítulo, reconhecemos as especificidades do Sul capixaba, comparando tais elementos com pesquisas em outras regiões do país, bem como, tendo por base os seus determinantes histórico-estruturais e conjunturais.

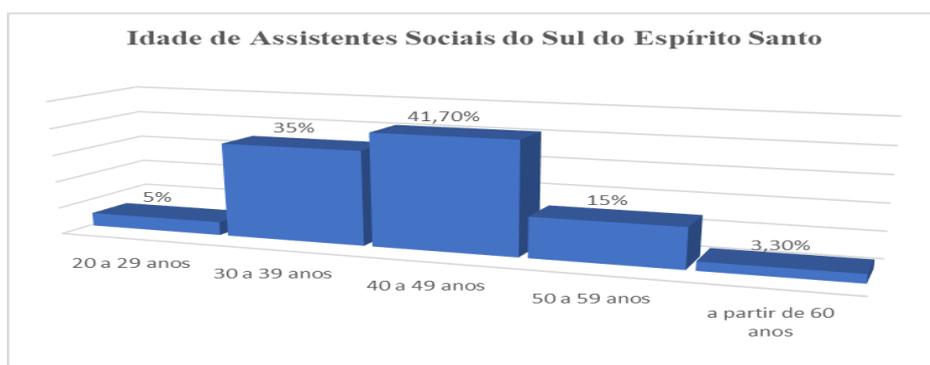
### 2.2.1 Perfil dos/as assistentes sociais do Sul do Espírito Santo

Compreender o perfil dos/as assistentes sociais do Sul do Espírito Santo integra parte dos objetivos desta dissertação. Para tanto, recorreremos as seguintes variáveis: gênero; faixa etária; pertença étnico-racial; estado civil; filhos; nível e tipo de formação profissional; modalidade de ensino e ano que se formou.

Na região Sul do Espírito Santo verificamos a predominância de mulheres (91,7%) em comparativo a profissionais do gênero masculino (8,3%), confirmando a predominância feminina existente na profissão desde a sua gênese no Brasil. Tais dados também convergem com a recente pesquisa divulgada pelo CFESS (2022) a respeito do perfil das assistentes sociais brasileiras, que aponta para 92,2% de profissionais do gênero feminino e 6,97% do gênero masculino.

Em relação a faixa etária, a região apresentou um perfil de profissionais relativamente diversificado. Contudo, mais de 60% possuem acima de 40 anos de idade, conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Idade de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em pesquisa realizada em municípios do Norte Fluminense, Moraes (2022, p. 245) identificou dados semelhantes a respeito da faixa etária e ainda apontou que

Esses dados tendem a revelar mais amplamente, que essas profissionais foram predominantemente, inseridas no mercado de trabalho a partir da década de 1990, conjuntura em que ocorre o crescimento dos espaços ocupacionais do Serviço Social nos municípios brasileiros, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, além da inserção profissional em empresas privadas e organizações não governamentais.

A pesquisa revelou também que a distribuição étnico-racial de assistentes sociais no sul do Espírito Santo se dá entre brancos, pardos e pretos. Verificamos que 53,3% das/os profissionais se autorreconhecem “brancos/as”; 33,3% pardos/as e 13,3% pretas/os. De posse destes dados, observa-se certa divergência com àqueles dados produzidos pelo CFESS (2022), onde há a presença majoritária (50,34%) de pretos e pardos no Brasil.

A presença majoritária de assistentes sociais brancos/as, nesta região, pode ser atribuída a uma combinação de fatores históricos, sociais e estruturais que definem a distribuição étnico-racial na sociedade. Esses elementos podem influenciar no acesso, na representatividade e nas oportunidades de avanço para profissionais pertencentes a grupos étnico-raciais de pessoas pretas no campo do trabalho. Além disso, podemos levantar como questionamento como a falta de representatividade étnico-racial nas profissões pode influenciar a percepção de pertencimento de pessoas de grupos historicamente discriminados. Acerca desta ausência de percepção de pertencimento, a literatura apresenta que

[...] existem algumas feridas identitárias, o que pode levar as profissionais ao adoecimento físico, psicológico, entre outros agravantes, tais como, a desmotivação por parte dos profissionais negros, em decorrência do racismo institucional e estrutural, podendo impactar diretamente no rendimento de seu trabalho (MAIDANA; FALCOSKI, 2021, p. 249).

Ao analisarmos a afirmação das autoras, pode-se questionar de que forma as barreiras sistêmicas, como o racismo institucional e estrutural, preconceitos e estereótipos, criam obstáculos para a entrada e progressão de profissionais pertencentes ao grupo étnico-racial de pessoas pretas. Essas barreiras podem incluir processos de seleção e contratação enviesados, falta de programas de apoio específicos e um ambiente de trabalho não acolhedor.

O fato de nesta região o número de profissionais pertencentes ao grupo étnico-racial de pretos e pardos ser inferior ao de pessoas brancas, em comparação a pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2022), nos leva a questionar sobre quais aspectos sociais ou de

relações de trabalho estes/as profissionais estão expostos/as, ao ponto de, possivelmente, interferir no autorreconhecimento de sua pertença étnico-racial.

Esta divergência de dados detectada entre a pesquisa regional e a nacional também aparece ao analisarmos o estudo feito por Moraes (2022) na região Norte Fluminense. Acerca disso, o autor apresenta quatro hipóteses que buscam interpretar esta realidade. Por compreendermos que estas se aproximam da análise aqui apresentada, utilizaremos como referência para o aprofundamento de nossa discussão. Para o autor,

Essas divergências entre os dados nacionais e os elevados índices regionais referentes a autodeclaração de assistentes sociais como ‘brancos/as’, podem ser interpretados, a partir de quatro hipóteses centrais e complementares, necessitando maiores investimentos em futuras pesquisas. São elas:

1. A ampliação de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras a partir dos anos 2000 não tem sido articulada a políticas assistenciais que efetivamente contribuam para sua permanência no ensino superior. Mediante a (quase) ausência de políticas que garantam a permanência de estudantes em condição de pobreza e, especialmente os negros nas universidades, é possível que, entre a totalidade dos alunos evadidos dos cursos superiores, a maioria seja de identidade negra, o que pode refletir na reduzida formação de bacharéis negros em Serviço Social, ainda que com a ampliação de seu ingresso no ensino superior.
2. Outra hipótese é que, ainda que parte desse grupo populacional conclua o ensino superior, efetivamente a ausência de políticas públicas direcionadas à garantia de empregabilidade da população de identidade negra, tem determinado sua reduzida inserção no mercado de trabalho. A essa hipótese, associa-se a análise do mercado de trabalho e do contexto de competitividade, precarização das condições de inserção e permanência no trabalho, baixa remuneração e redução de concursos públicos que, por sua vez, especificamente nas regiões pesquisadas, os concursos municipais – principal forma de ingresso no mercado de trabalho por parte dos/as assistentes sociais que participaram da pesquisa – não têm garantido vagas destinadas às cotas raciais. Portanto, o reduzido número de assistentes sociais negros/as empregados/as nessas regiões pode ser resultado da ausência dessas políticas, que expressam situações de racismo institucional
3. A terceira hipótese é que, ainda que parte da população de identidade negra tenha, sobretudo através da política de cotas, ampliado seu acesso aos cursos do Ensino Superior, especialmente, aos cursos de graduação em Serviço Social, conquistado o título de Bacharel em Serviço Social e estejam inserindo-se no mercado de trabalho, torna-se válido ressaltar que tal Política, foi sancionada e regulamentada em 2012 e, portanto, seus resultados serão verificados a médio e longo prazos.
4. A quarta hipótese refere-se à autodeclaração relativa à pertença étnico-racial. Provisoriamente afirma-se que, parte das profissionais participantes da pesquisa, não necessariamente tem clareza de suas dimensões e pertencimento a sua condição racial. Para essa hipótese, recorreu-se a análises da formação social brasileira que apontam para históricas formas de exploração e degradação da população de identidade negra. Para este estudo, considera-se relevante a análise do racismo estrutural na particularidade brasileira que se traduz, entre outros aspectos, na possível negação da identidade negra e, em um processo de valorização física, moral e cultural do branco. (MORAES, 2022, p. 248-249)

Tais elementos apontam para a necessidade de aprofundamento do tema, considerando não somente a divergência dos dados analisados, mas sobretudo, a importância histórica das pessoas pretas para a sociedade brasileira.

Deste universo de participantes da pesquisa, identificamos predominância de pessoas casadas (55,8%); seguida de solteiras (24,2%); em união estável (11%); e divorciadas (12%). Destas/es, 42% possuem pelo menos um (01) filho; 25,8% não possuem filho; 24,2% tem dois (2) e; 7,5% possuem mais de três (3) filhos.

Acerca desta característica, ao relacionarmos ao dado anteriormente apresentado, sobre a presença majoritária de mulheres na profissão, devemos reconhecer o papel desempenhado por estas profissionais, tanto no âmbito profissional quanto o papel histórico e culturalmente vinculado às mulheres no âmbito pessoal-familiar. Conquanto, a sociedade ainda mantenha em seus constructos o reconhecimento da mulher como responsável pelo cuidado dispensado a filhos, além de outras funções domésticas, há hoje de se reconhecer os avanços e conquistas dos movimentos feministas na desconstrução do machismo e no enfrentamento ao patriarcalismo. Esses avanços podem ser observados diante do fato da maioria das profissionais terem nenhum ou até um (01) filho, o que representa a hipótese de “que tais condicionantes têm implicado maior planejamento familiar e redução no número de filhos das assistentes sociais participantes da pesquisa” (MORAES, 2022, p. 250).

Em relação ao perfil de formação destes/as profissionais, identificamos que 55,8% dos/as entrevistados cursaram a graduação em Serviço Social em Instituição Pública, seguido de 44,2% que se formaram em instituições privadas. A pesquisa não explorou quais instituições as assistentes sociais cursaram o ensino superior na área de Serviço Social, mas, há que se considerar a inexistência do ensino em Serviço Social em formato presencial na região Sul do Espírito Santo. No entanto, a proximidade com instituições públicas que oferecem este curso presencialmente favorece a migração de estudantes que buscam a formação na modalidade presencial e em instituições de referência, tais como a Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória, e o Campus da Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro.

Considerando o ano de formação, 50% se formou entre 2011 e 2020; 35,8% entre 2001 e 2010, conforme exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Ano de formação de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em relação a modalidade de ensino, há o número maior de formação presencial, correspondendo a 51,7% das participações, seguido de 31,7% formados/as na modalidade semipresencial e 16,7% no ensino à distância. Quanto a estes dados, identificamos contradição nas informações. Como observado, a maioria de profissionais teve sua formação em instituições públicas, no entanto, quando se questiona sobre a modalidade de formação, o número de respostas para opção presencial é de 51,7%. A contradição encontrada se baseia no fato de não haver, no estado do Espírito Santo, instituições públicas que ofereçam ensino em Serviço Social na modalidade semipresencial ou à distância. Acerca disto, levantamos como hipótese para esta divergência de dados a condição posta pela pandemia de covid-19, onde os ensinos, mesmo que presenciais, tiveram momentos remotos. Neste sentido, podemos considerar que alguns/mas profissionais tenham concluído sua graduação neste período, e tenham, de forma equivocada, relacionado a sua formação remota à modalidade semipresencial.

Destes/as profissionais, 68,3% possuem algum tipo de especialização; 5,8% cursaram Mestrado; 0,8% doutorado, além de 1,7% responder que possuem formação em Pós-Doutorado, o tratando como um título acadêmico.

O fato da região possuir a maioria de profissionais com formação em níveis de pós-graduação aponta para um perfil profissional aparentemente comprometido com o 10º princípio fundamental do Código de Ética Profissional (1993), onde se estabelece “o

*compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.*

Ao abordar esse princípio, Guerra (2013) aponta que, além de uma recorrente e sistemática atualização profissional, é necessário que ela seja realizada sob o parâmetro da crítica, capaz de caminhar na direção da desalienação. Ressalta a necessidade do/a profissional, por meio dos momentos de capacitação, “*suspender*” temporariamente seu cotidiano de trabalho, oxigenando as percepções que tem da instituição, das demandas, possibilidades e limites socioinstitucionais.

Neste sentido, a educação permanente é imprescindível, ineliminável e incontestável, pois permite descortinar competências, redimensioná-las, ampliá-las, além de conquistar e legitimar outras competências profissionais. Assim, é oportuno recorrer a seguinte afirmação de Guerra (2013, p. 134/135): “[...] o enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional depende do aprimoramento teórico-prático e político advindo de uma qualificação capaz de construir o perfil de profissional crítico, competente e comprometido”.

Diante disso, e para finalizar esta seção, identificamos que, na região Sul do Espírito Santo há um perfil de assistentes sociais que se caracteriza por serem do gênero feminino, com idade entre 30 e 49 anos, que se autodeclaram brancas, casadas, com até um (01) filho/a. Deste público, nota-se grande maioria de pessoas com especialização (68,30%), formadas em universidades públicas (55,80%) e em modalidade presencial, sendo estas majoritariamente (55,8%) graduadas a partir do ano de 2011.

### 2.2.2 Trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo

É sabido que as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam o Serviço Social enquanto profissão assalariada, inscrita na divisão do trabalho coletivo. Durante todo o processo de construção do projeto ético político da profissão, diversas investigações e análises têm sido desenvolvidas, buscando a apreensão crítica da relação trabalho e profissão. Entre os estudos pode-se destacar os produzidos por Iamamoto (2002); Raichellis (2011); Netto (2005); Pereira (2018) e Camargo (2021).

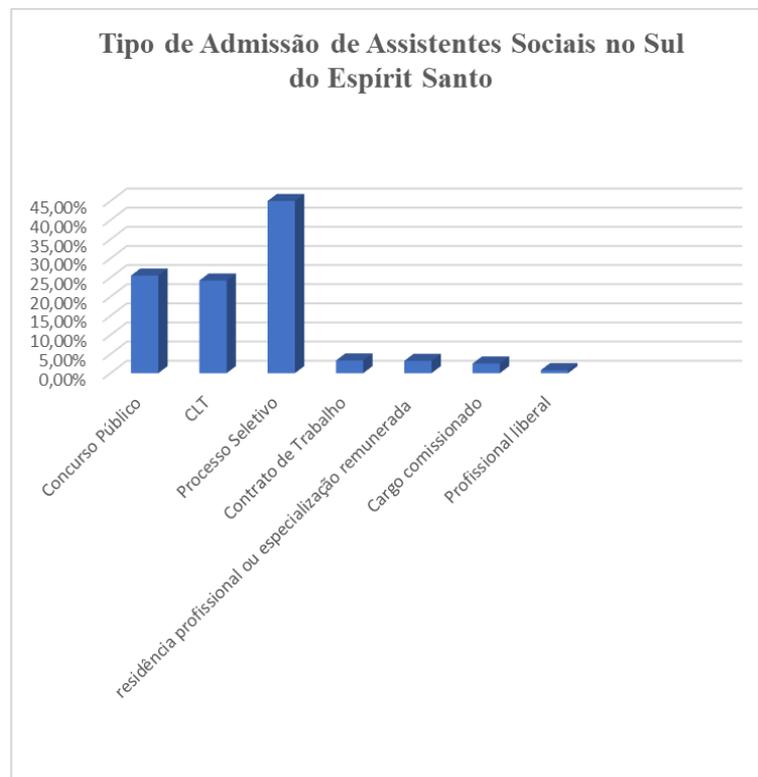
Após apresentar o perfil dos/as assistentes sociais da região Sul do Espírito Santo, objetiva-se, nesta seção, abordar elementos que caracterizam o trabalho destes/as profissionais, tais como: tipo de admissão, média salarial, se desempenham atividades

remuneradas paralelas ao Serviço Social, se são os/as principais provedores/as de suas famílias, dentre outros<sup>30</sup>.

Do montante de entrevistados/as, 96,7% encontram-se em exercício profissional e 3,3% desempregados, o que não exclui a existência da experiência profissional destes/as participantes da pesquisa em períodos anteriores à realização da pesquisa.

Em relação ao vínculo empregatício ou tipo de admissão, 42,5% das/os assistentes sociais trabalham por meio de Processo Seletivo; 24,2% em vínculos por CLT e 22,5% por concurso público, conforme se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Vínculos empregatícios de assistentes sociais do sul do Espírito Santo



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Na pesquisa, verifica-se a predominância de profissionais que atuam por meio de processos seletivos e, embora sejam formas de ingresso por meio de seleção, estes referem-se a trabalhos temporários, que garantem estabilidade profissional em um período determinado, mas que não correspondem ao ideal de um emprego efetivo, como ocorre num concurso público, que favorece a atuação com a autonomia<sup>31</sup> necessária e a continuidade do serviço,

<sup>30</sup> Aqui torna-se necessário mencionar uma falha técnica na plataforma Google Forms, a qual não registrou no questionário divulgado, a questão referente a carga horária de trabalho dos/as assistentes sociais.

<sup>31</sup> Acerca da autonomia profissional, Iamamoto, em sua obra “Serviço Social na Contemporaneidade” (2003), revela que “o assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de

uma vez que, nestes processos, há grande rotatividade de profissionais. Acerca disto, o CFESS (2022, p. 109) ressalta que

Essa presença significativa, e tudo indica em crescimento, de contratos temporários, foi favorecida pela nova lei da terceirização de atividades meio e atividades fim, aprovada em 2017, assim como pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária. Aliás, as pesquisas sobre mercado de trabalho constataam que o que mais cresce no mercado de trabalho é a informalidade, o trabalho intermitente, o trabalho por tempo determinado, conforme série histórica das PNAD/IBGE da última década.

Se considerarmos os/as profissionais que responderam o ingresso no mercado de trabalho por processo seletivo ou concurso público como um único grupo que acessou o emprego por vias de seleção pública, teremos um total de 65%, ou seja, número acima da metade dos/as entrevistados/as.

Ainda assim, é importante salientar que a pesquisa buscou explorar os tipos de vínculos empregatícios de assistentes sociais no sul do Espírito Santo, sendo estes, indicados pelos/as próprios/as profissionais. Neste sentido, em uma observação necessária, vimos que, em alguns contextos, determinados termos, podem ser utilizados de maneira similar. Por exemplo, "processo seletivo" frequentemente denota uma forma de seleção para contratação, enquanto "CLT" refere-se ao regime de trabalho definido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Entretanto, em certas situações, esses dois termos podem coexistir. Uma assistente social que é contratada por meio de um processo seletivo pode, ainda assim, ter seu contrato regido pela CLT.

Essa sobreposição de terminologias e situações demonstra a complexidade das categorizações utilizadas por assistentes sociais em relação aos tipos de vínculos empregatícios. Tal complexidade pode ser resultado das diferenças entre instituições empregadoras, bem como das variações regionais e setoriais nas práticas de contratação. Por exemplo, em algumas instituições públicas, um processo seletivo rigoroso pode ser necessário para a obtenção de um cargo com CLT, o que pode gerar confusão em relação à categorização.

Na pesquisa divulgada pelo CFESS (2022), verificou-se tendência de diminuição do acesso a empregos por estas vias públicas, considerando o movimento de desconstrução da “coisa pública<sup>32</sup>” em curso, intensificado no país desde o início do Governo Temer até o ano de 2022. Os demais tipos de acesso ao trabalho referem-se a formas privadas de ingressos,

---

execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquele a que é submetido (p. 96).

<sup>32</sup> É toda aquela que se acha compreendida no patrimônio do Estado, ou outra entidade de direito público, ou se destina a satisfazer as necessidades ou interesses da coletividade (Vade Mecum, s/d).

quer sejam indicações, análises curriculares ou convites, o que pressupõe a fragilidade destes vínculos e, por consequência, o favorecimento da precarização do trabalho, intensificado pela contrarreforma Trabalhista de 2017.

Para Passos e Lupatini (2020), a contrarreforma trabalhista, que tinha como utopia a redução do desemprego e melhoria das relações trabalhistas, apresenta uma realidade exatamente contrária ao que fora propagado por seus defensores, pois vê-se que

Pouco mais de um ano de vigência da ‘reforma’ trabalhista, não houve redução significativa na taxa de desocupação e, ainda, contrário ao defendido no momento da ‘reforma’, houve um aumento do emprego com relações de trabalho informais no país. Desse modo, ao que se percebe, a nova legislação contribuiu tão somente para a precarização das relações de trabalho e a supressão dos direitos sociais, não atingindo os resultados anunciados. Além disso, após a ‘reforma’, constata-se a limitação na atuação da Justiça do Trabalho nas relações empregatícias, decorrência da prevalência do negociado sobre o legislado, das delimitações ao acesso gratuito ao Judiciário, das condenações em honorários advocatícios sucumbenciais, além do enfraquecimento sindical, que perdeu o seu poder de representatividade. (PASSOS; LUPATINI, 2020, p. 133).

Acerca dos impactos desta contrarreforma para a categoria de assistentes sociais, Francisco (2019, p. 77) aponta que esta acarretou na

[...] possibilidade de maior precarização das condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, devido à flexibilização da regulamentação do trabalho da gestante e da lactante em locais insalubres e do trabalho em domicílio, tendo em vista que a categoria é composta majoritariamente por mulheres.

A autora complementa esta análise ao reconhecer que a contrarreforma trabalhista implicou em alterações nas relações e condições de trabalho de assistentes sociais e que estas repercutem sobre o mercado de trabalho destes/as profissionais.

Somadas à reforma, o contingenciamento dos gastos em serviços sociais públicos de saúde, assistência, educação e moradia, entre outros, aliado à estratégia da terceirização para a execução de serviços através de O.S. ou de ONGs, anuncia um cenário de maior precarização para esta categoria profissional (FRANCISCO, 2019, p. 77).

Concomitante ao vínculo e forma de acesso ao trabalho, analisar o retorno financeiro, fruto da venda da mão de obra destes/as profissionais, também se torna necessário. Na Tabela 1 descreve-se a média salarial das assistentes sociais do Sul do Espírito Santo.

Tabela 1 -Média salarial da Assistentes Sociais no Sul do Espírito Santo

<b>SALÁRIO LÍQUIDO MENSAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL</b>	<b>%</b>
<b>R\$1.212,00</b>	7,3%
<b>Entre R\$1.212,00 e R\$2.414,00</b>	30%
<b>Entre R\$2.414,00 e R\$3.000,00</b>	19,1%
<b>Entre R\$3.000,00 e 4.000,00</b>	16,4%
<b>Entre R\$4.000,00 e 5.000,00</b>	16,4%
<b>Entre R\$5.000,00 e R\$6.000,00</b>	3,6%
<b>Entre R\$6.000,00 e R\$7.000,00</b>	4,5%
<b>Entre R\$7.000,00 e R\$8.000,00</b>	1,8%
<b>Acima de R\$10.000,00</b>	0,9%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados descritos evidenciam o rebaixamento salarial profissional, com quantitativo predominante até o valor de R\$2.414,00. Ao considerar elementos, tais como: ser o Serviço Social uma profissão de ensino superior; que demanda qualificação profissional permanente e que, especialmente os/as profissionais atuantes no Sul do Espírito Santo, em sua maioria (76,6%), possuem algum tipo de pós-graduação, evidencia-se o rebaixamento salarial da categoria na região pesquisada. Tais resultados demonstram o quanto a categoria ainda tem que avançar na luta pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho.

Para o CFESS (2022, p.117/118), ao identificar processos de rebaixamento salarial na área de Serviço Social no Brasil, os dados também revelam o nível de:

[...] empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que assistentes sociais façam parte do segmento de profissionais qualificadas/os com nível de formação universitária (graduação).

Paralelo a estes dados, a pesquisa questionou aos/as participantes sobre a execução de outras atividades remuneradas para complementação de renda. Dos/as participantes da pesquisa, 77,3% não desempenham outra atividade remunerada e 22,7% desempenham outras atividades remuneradas.

Além disso, foi possível identificar que, 54,5% dos/as assistentes sociais do Sul do Espírito Santo são os/as principais provedores/as de suas famílias.

Além destes dados e análises, 71,8% dos/as profissionais possuem receio em perder o seu vínculo de trabalho, o que retoma a reflexão acima mencionada sobre as fragilidades dos vínculos empregatícios, devido a tendência de diminuição de concursos públicos e sua substituição por processos públicos de contratação temporária, ou mesmo vínculos medidos por indicações, convites ou contratos.

É fundamental reconhecer e abordar o tema da (in)segurança do trabalho presente na pesquisa realizada. O fato de que a maioria dos/as profissionais são os/as principais provedoras/es de suas famílias, permite elaborar questionamentos acerca do quanto o medo pela perda do emprego se relaciona à uma carga emocional que as/os assistentes sociais enfrentam ao terem que garantir rendimento que garanta a sobrevivência de suas famílias. Como consequências, isto pode gerar impactos que se relacionam às esferas pessoal, familiar, profissional e de saúde destes/as trabalhadores/as.

Além dos elementos citados, 56,7% das/os profissionais mencionam não se sentirem reconhecidas/os por parte de seus empregadores. Ao analisar esta variável, Bendassolli (2012, p. 38) afirma que, “o reconhecimento é amiúde tratado como elemento-chave da relação do sujeito com o trabalho e a organização, com implicações diretas nos processos motivacionais e nas percepções de valorização do trabalhador”.

Pelos dados aqui abordados é possível identificar que, em relação ao trabalho, a região Sul do Espírito Santo apresenta considerável número de profissionais em exercício profissional, ingressantes no mercado de trabalho por vias de seleção pública (concursos ou processos seletivos). Apesar disto, vê-se uma realidade de rebaixamento salarial, com rendas que variam entre R\$1.212,00 e R\$3.000,00. Mesmo com a questão da baixa média salarial, na região, a maioria destes/as profissionais são os/as principais mantenedores/as de suas famílias e não possuem outra fonte de renda paralela ao Serviço Social. Somado a isto, vimos que, destes/as profissionais, 71,8% temem pela perda de seus empregos, fato que pode favorecer ao acometimento de impactos a diversos aspectos de suas vidas, indicando elementos que aprofundaremos no capítulo terceiro desta dissertação.

### 2.2.3 Condições de trabalho de assistentes sociais do Sul do Espírito Santo

Nesta seção, objetiva-se abordar as condições de trabalho de assistentes sociais atuantes no sul do Espírito Santo, no que tange a disponibilidade de recursos de trabalho, entre eles, sala individual e com privacidade para atendimentos, sala para atividades em grupo, mobília, telefone, computador, internet e carro, além do questionamento da presença de ruídos.

Para as análises propostas serão consideradas as condições de trabalho, aquelas definidas pela Resolução CFESS nº 493/2006, que aponta elementos indispensáveis para a realização do trabalho profissional, tais como:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, s/p).

Com base nesta Resolução (nº 493/2006), elencamos alguns pontos a serem questionados aos/as assistentes sociais participantes da pesquisa, em que fora possível identificar os elementos expostos na Tabela 2.

Tabela 2 - Condições de trabalho de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo

<b>Condições de Trabalho de Assistentes Sociais no Sul do Espírito Santo</b>		
<b>Condição de trabalho</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Sala individual</b>	42,5%	57,5%
<b>Privacidade</b>	50,8%	49,2%
<b>Sala para atividades em grupo</b>	55,8%	44,2%
<b>Ruído</b>	81,7%	18,3%
<b>Mobília</b>	93,3%	6,7%
<b>Computador</b>	94,2%	5,8%
<b>Acesso à internet</b>	97,5%	2,5%
<b>Telefone</b>	61,7%	38,3%
<b>Carro para visita domiciliar e institucional</b>	73,3%	26,7%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Mais da metade dos/as profissionais apontou para algumas condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho, tais como: sala para atividades em grupo (55,8%), mobília (93,3%), computador (94,2%) com acesso à internet (97,5%), telefone (61,7%) e carro para realizar visita domiciliar e institucional (73,3%). No entanto, a pesquisa indica que estes/as profissionais não contam, majoritariamente, com sala para atendimento individual e possuem pouca privacidade no trabalho. Neste aspecto, compreendemos que, não havendo sala individual, todos os elementos destacados como favoráveis ao desenvolvimento do trabalho referem-se a condições coletivas e que, possivelmente, envolvem o compartilhamento entre a equipe de trabalhadores/as inseridos/as no espaço institucional.

Tais informações tendem a impactar na processualidade do trabalho profissional<sup>33</sup>, com especial destaque para a garantia do sigilo profissional, como direito e dever do/a assistente social. Ora, o Artigo 15 do *Código de Ética Profissional* (1993) garante que “constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional”. Nestes aspectos, com a ausência destas condições, quem deve intervir em busca de condições objetivas para fazer valer este direito? Seria uma obrigação da instituição empregadora? E quando isto não ocorre, a quem cabe o papel de intervir?

Ao buscarmos subsídios para estas indagações, verificamos certas contradições que, embora não sejam objeto central desta pesquisa, demandam algumas reflexões. Segundo a Resolução CFESS 493/2006, em seu Artigo 6º:

É de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais. (s/p)

Porém, no mesmo documento, em seu artigo 7º, é registrada a corresponsabilidade do/a profissional:

O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no ‘caput’ do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.

Parágrafo Segundo - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo ‘caput’ e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade ética. (s/p).

Conforme vimos no esboço da pesquisa até aqui discutida, há uma parcela significativa de assistentes sociais com vínculos institucionais fragilizados, em que mais de 70% temem pela perda de seus empregos. Ainda, há o fato de 54,5% destes/as profissionais serem os/as principais responsáveis financeiros/as de suas famílias. Assim, mesmo que a pesquisa aponte

---

<sup>33</sup> Consoante a Pereira (2018, p. 77), “[...] o processamento do trabalho no âmbito do Serviço Social diz respeito ao modo como os assistentes sociais elaboram as respostas profissionais, às demandas postas considerando todos os aspectos técnicos necessários à realização do seu trabalho e os elementos que de alguma forma interferem no conteúdo do trabalho e que devem necessariamente ser considerados pelos profissionais quando na execução de suas atividades”.

que 85,85% destes/as profissionais conheçam a Resolução CFESS 493/2006, baseando-se nestas relações precárias, há que se repensar a razoabilidade do artigo 7º desta resolução, que sugere o caráter omissivo dos/as profissionais que não “denunciam” tais condições de trabalho.

Além disso, para além das condições objetivas de trabalho, há que se considerar os rebatimentos destas fragilizadas relações institucionais no âmbito da relativa autonomia profissional, que impacta diretamente no fazer profissional destes/as trabalhadores/as. Moraes (2016, p. 591) afirma que,

Assim, o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social.

As informações aqui apresentadas nos permitem observar como a flexibilização, a intensificação e a precarização do trabalho se apresentam como desafios significativos no contexto do trabalho de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo. A reconfiguração do mercado de trabalho, reflete uma complexa dinâmica em que, por um lado, há um aumento de postos de trabalho e um reconhecimento crescente da importância de assistentes sociais em instituições operadoras de políticas sociais. No entanto, por outro lado, essa reconfiguração também resulta na ampliação da precarização do trabalho, caracterizada por baixos salários e pela demanda por um perfil profissional que, muitas vezes não se alinha ao ideal delineado pela formação profissional e pelo projeto ético-político da profissão.

Além disso, podemos destacar que as condições de trabalho na região, como a falta de salas individuais de atendimento, a presença de ruídos e a disposição de recursos coletivos, como mobília, computador com internet, telefone e carro são exemplos da intensificação do trabalho, uma vez que as/os assistentes sociais precisam lidar com ambientes inadequados que podem afetar negativamente sua capacidade de prestar serviços de qualidade.

Em outra análise, a reflexão demonstra como a flexibilização, a intensificação e a precarização do trabalho continuam a ser desafios críticos enfrentados pelos/as assistentes sociais na região e como esses fatores podem impactar diretamente no seu trabalho profissional e em sua qualidade de vida.

É baseado nos elementos até aqui apontados que se vê o quanto estes processos se apresentam como eminentes desafios a serem superados no trabalho profissional de assistentes sociais, especialmente nesta perspectiva radical do neoliberalismo vivenciada nos

últimos anos. A reconfiguração do mercado de trabalho de assistentes sociais representa um aumento de postos de trabalho nesta área, o crescimento do reconhecimento da importância destes/as profissionais em determinados espaços institucionais, mas também representa a ampliação da precarização do trabalho, refletido nos baixos salários e na busca por um perfil profissional que não corresponde ao perfil delineado pela formação profissional, sendo este perfil indissociado do projeto ético-político da profissão.

Por conclusão, em relação aos elementos das condições de trabalho de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo, observamos que o trabalho profissional nesta região está condicionado a locais sem salas individuais de atendimento, com ruídos e, com a disposição de recursos como mobília, computador com internet, telefone e carro, de uso coletivos.

Em suma, ao refletirmos sobre tais condições de trabalho, é possível perceber que se trata de um movimento fundamental que as instituições empregadoras e órgãos responsáveis pela garantia do projeto ético-político de assistentes sociais garantam um ambiente de trabalho saudável, que valorize e reconheça as atribuições profissionais da categoria e favoreçam a atuação profissional.

### **3 TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Neste capítulo propõe-se identificar os principais elementos que caracterizam o processo de adoecimento de assistentes sociais a partir do trabalho, tais como: desgaste físico e psíquico, estresse, depressão, afastamento das atividades laborais, dentre outros, conforme terceiro objetivo específico desta dissertação.

O adoecimento é um processo permeado de complexidade e que não se refere a algo estritamente individual, uma vez que possui um caráter social. Biologicamente, o adoecimento desempenha um papel importante na manifestação de doenças, mas, este processo também é influenciado por fatores sociais. Para Laurell (1976), existe uma articulação entre o processo social e o processo de saúde e doença, e este processo assume características específicas conforme os grupos sociais em que se insere. Portanto, compreender o adoecimento como um processo social implica considerar as interações entre os indivíduos e o ambiente em que vivem, reconhecendo a importância das estruturas sociais na determinação da saúde e da doença.

Diante disso, buscamos identificar alguns dos elementos que favorecem o adoecimento de assistentes sociais devido as condições a que estão expostos/as no trabalho. Para o alcance deste objetivo, este capítulo está dividido em seções de desenvolvimento que favorecem a compreensão destes elementos, e tratam sobre adoecimento e trabalho, adoecimentos físico e psíquico, estresse e afastamento das atividades laborais.

#### **3.1 Adoecimento e trabalho: entre processos de sofrimento e afastamentos**

Tratar do tema adoecimento a partir do trabalho demonstra-se necessário nos espaços de debate neste tempo atual. Mesmo sendo o meio de sobrevivência e realizações pessoais, o trabalho também pode determinar processos de adoecimento, que resultam em afastamentos, motivados pela interação entre o ambiente, as condições e relações de trabalho, cada vez mais precarizadas e flexíveis, com consequências para a vida do/a trabalhador/a.

No sentido de buscar compreender os fatores que podem contribuir para o adoecimento de assistentes sociais no sul do Espírito Santo e reconhecendo que há certa complexidade na relação entre trabalho e saúde, a pesquisa tratou de identificar elementos como o estresse, o adoecimento psíquico, o adoecimento físico e o afastamento do trabalho por questões de adoecimento acarretado pelo exercício profissional.

Reconhece-se que o processo de adoecimento caracteriza-se por uma condição social. De acordo com Gutierrez e Oberdiek (2001, p. 20), “o ambiente, origem de todas as causas de doenças, deixa, momentaneamente, de ser natural para revestir-se do social. É nas condições de vida e trabalho do homem que as causas das doenças deverão ser buscadas”.

Santos e Manfroi (2015) apontam para o fato de que a precarização do trabalho reflete nas condições éticas do exercício profissional de assistentes sociais e, conseqüentemente, causa impactos no processo saúde-doença, no que diz respeito a desgastes e adoecimentos, em que apontam para o questionamento sobre o que é exigido e o que é efetivamente possível de ser realizado por estes/as profissionais, e os reflexos disto no processo de adoecimento.

Assim, este item apresenta subdivisões que nos permitirão realizar análises por meio de dados coletados na pesquisa de campo com 120 assistentes sociais trabalhadoras no sul do Espírito Santo e que apontam processos de adoecimentos físico e psíquico, estresse e afastamentos das atividades laborais.

### 3.1.1 Adoecimento físico

Considerando que os fatores relacionados aos processos coletivos de trabalho têm no corpo humano o meio executor e a sua organização atinge diretamente o funcionamento psíquico (AUED, 2005), buscou-se, por meio da pesquisa de campo, compreender fatores que se relacionam ao adoecimento físico e psíquico de assistentes sociais na região sul do Espírito Santo.

Na realização da pesquisa, perguntamos aos/as participantes se estes/as consideravam o trabalho como assistentes sociais um fator que propiciasse o adoecimento físico. Do total de participantes, 55,8% respondeu que “sim”, enquanto 44,2% não tem essa mesma avaliação.

Acerca deste elemento, destacamos o relato de alguns/mas profissionais participantes:

*A falta de mobília adequada, cadeira e mesa que propicie um mínimo de conforto, a tensão das responsabilidades deixa o corpo todo rígido e muitas dores nos ombros, muitas horas de trabalho ao computador, muitas vezes sem tempo hábil para conseguir descansar, falta de projetos de qualidade de vida no trabalho como atividades laborais, uma equipe de medicina do trabalho para dar suporte aos servidores, ou alguma coisa desse tipo (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 29<sup>34</sup>, 2023).*

---

<sup>34</sup> Para descrição dos relatos das assistentes sociais que participaram da pesquisa optamos por numerá-los de acordo com a ordem de respostas recebidas por meio do aplicativo *google forms*.

Apesar de já termos tratado do tema das condições de trabalho, os relatos relativos aos processos de adoecimento físico a partir do trabalho apontam para a ligação que há entre o adoecimento das assistentes sociais e as precárias condições de trabalho. Nas respostas livres sobre o tema, esta relação entre as condições de trabalho e o adoecimento físico de assistentes sociais aparecem na pesquisa com comentários semelhantes, tais como: “*Móveis inadequados, sem ergonomia adequada*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 35, 2023), “*considerando as questões ergonômicas, muita exposição a telas e mobílias inadequadas*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 31, 2023), “*local insalubre*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 52, 2023).

Os relatos apontam que há conexão entre as más condições de trabalho e o processo de adoecimento físico experimentado pelos/as assistentes sociais. Alguns relatos mencionam móveis inadequados, falta de ergonomia, exposição excessiva a telas e locais insalubres como fatores contribuintes para o adoecimento. Esses relatos evidenciam a importância da ergonomia adequada e de ambientes de trabalho saudáveis para a prevenção de problemas de saúde ocupacional entre os/as profissionais.

A ergonomia refere-se a um conjunto de ações pensadas para o cuidado da saúde de trabalhadores. Ao notarmos que assistentes sociais participantes da pesquisa queixam-se da ausência desta ação e consideram isto um fator que propicia o adoecimento físico em decorrência do trabalho, notamos que, para além destes elementos, é possível verificar, em certa medida, a ausência de políticas institucionais destinadas à saúde do trabalhador.

Em relação ao adoecimento físico de assistentes sociais em decorrência do trabalho, a realidade evidenciada na pesquisa desenvolvida na região sul do Espírito Santo se aproxima de outras vivenciadas pela categoria em demais regiões do Brasil. Santos e Manfroi (2015) sinalizam que, na pesquisa realizada na Grande Florianópolis, do total de 132 profissionais participantes, 79% afirmam que o trabalho repercute negativamente em sua saúde, sendo que, destes/as, 18 assistentes sociais relataram problemas físicos. Não distante, no Espírito Santo, esta realidade também já fora observada em pesquisa desenvolvida pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/ES, em 2007, onde, do total de 202 assistentes sociais entrevistados/as, 34 registraram adoecimento físico.

Com a realização da pesquisa foi possível observar exemplos de doenças físicas que afetam assistentes sociais da região sul do Espírito Santo, devido às exigências e demandas do trabalho. As doenças mencionadas pelos/as participantes abrangem fibromialgia, taquicardia, hérnia de disco, espondilite anquilosante, artrite psorática, doenças neurológicas, como

Acidente Vascular Cerebral (AVC) e síndrome de Tolosa-Hunt. Além disso, há o relato de acidentes de trabalho.

A partir dos relatos dos/as assistentes sociais participantes da pesquisa na região sul do Espírito Santo, podemos observar uma relação evidente entre as precárias condições de trabalho e o adoecimento físico desses/as profissionais. As queixas recorrentes sobre a falta de mobiliário adequado, exposição prolongada a telas, longas jornadas de trabalho e ausência de projetos de qualidade de vida revelam os desafios enfrentados por eles no ambiente laboral e que não foram amplamente identificados na seção anterior, quando se investigou as condições de trabalho.

Esses relatos reforçam a ideia de que as más condições de trabalho impactam negativamente a saúde física de assistentes sociais. A falta de mobiliário adequado e ergonômico, aliada à exposição constante a situações que geram tensão, contribuem para o surgimento de dores, desconforto muscular e outros problemas de saúde física mencionados pelos/as profissionais.

### 3.1.2 Adoecimento Psíquico

Na região sul do Espírito Santo, 85% dos/as assistentes sociais consideram que o trabalho profissional propicia o adoecimento psíquico, e apenas 15% não tem essa mesma concepção. Tais resultados possibilitam a construção de questionamentos, direcionando para o que Duarte (2010) pontua sobre o Serviço Social ser uma das profissões que mais sofre na relação de trabalho, tanto na esfera social quanto de saúde, vivenciando questões de psicopatologia do trabalho, fadiga crônica, entre outras.

Acerca desta relação entre o trabalho e o adoecimento psíquico, alguns relatos evidenciam o adoecimento psíquico a partir de uma lógica centrada na fragmentação, despolitização e individualização destes processos sociais.

Para a assistente social 62, o trabalho, suas condições e relações, tem implicado em seu sono, que não tem sido saudável, com possíveis desdobramentos para um processo de adoecimento psíquico:

*Estou me sentindo extremamente cansada, não consigo manter a organização de documentos e registros em tempo hábil, mesmo sendo muito organizada com minhas coisas e com meu trabalho. Demoro a dormir, flahs de coisas que aconteceram durante o dia vem à tona na minha mente quando vou deitar, o espírito de equipe está muito ruim, pessoas incapacitadas, debochadas, desrespeitosas com profissionais mais antigos e que defendem um sistema público de saúde como*

*política pública [...]. Isso está minando o prazer que sempre tive em trabalhar e exercer minha profissão da melhor forma. (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 62, 2023).*

Destaca-se também, o depoimento da assistente social 23, que relaciona o trabalho ao sofrimento e a suas manifestações no cotidiano do/a assistente social:

*É fato que todo trabalho produz sofrimento. As relações humanas, em geral, são atravessadas pelo sofrimento. O sofrimento faz parte do trabalho real. Ocorre que quando a organização em que se trabalha encontra-se muito distante do trabalho ideal (aquele prescrito nos inúmeros protocolos e legislações) isso já é em princípio, uma via para o sofrimento adoecedor. Quando este mesmo serviço [...] não olha para o sujeito em sua singularidade, não consegue organizar um cuidado condigno, e que não se empenha para sequer pensar uma integralidade (com o sujeito, para o sujeito e pelo sujeito, e mobilizando os mais diferenciados recursos intra e intersetoriais) o adoecimento se torna ainda mais propício. E quando falta o apoio entre pares, quando as mobilizações coletivas são precárias, esse cenário se torna extremamente potente para o adoecimento. O que me adoeece, hoje, não é, necessariamente, a falta de recursos, mas a pouca ou quase que inexistente implicação profissional. (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 23, 2023).*

O relato acima nos chama a atenção pela avaliação feita pelo/a assistente social entre as condições reais e as ideais, que se tornam ainda mais fragilizadas e distanciadas, mediante a ausência de uma compreensão do sujeito profissional, central para a construção do trabalho, além do comprometimento profissional. Ao mencionar a "pouca ou quase que inexistente implicação profissional", é possível interpretar que o comprometimento com a qualidade dos serviços prestados pode estar deficiente. Esta falta de comprometimento e de envolvimento efetivo por parte de profissionais, na contramão dos princípios do Código de Ética Profissional (1993), se mostra como fator que também pode contribuir para o adoecimento psíquico de assistentes sociais comprometidos/as com a qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Em outros relatos verificamos uma crítica ao enfrentamento das expressões da questão social por parte do Estado, em um contexto de retração de recursos político-institucionais, considerado, pelos/as participantes da pesquisa, elemento determinante do processo de adoecimento, além de tensões nas relações de trabalho, gerando frustrações e desânimo no exercício profissional:

*São muitas frustrações. Estamos sempre diante das mazelas humanas e trabalhando em um sistema todo falho, parece uma peneira, são muitos buracos, e nos sentimos impotentes diante de nossa incapacidade, por não ver o sistema amparar por inteiro (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 07, 2023).*

*Acolher o sofrimento alheio sem ter muitas condições de resolução causa frustração, desânimo, ansiedade, desesperança. E muitas vezes esses sentimentos dos profissionais não são acolhidos, elaborados e ressignificados dentro da equipe, causando adoecimento profissional e muitas vezes da equipe. (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 28, 2023).*

A partir dos dois relatos apresentados, é possível realizar uma reflexão sobre o sofrimento ético-político enfrentado por assistentes sociais. O sofrimento ético-político é caracterizado pelas frustrações, impotência e desafios encontrados no exercício da profissão, relacionados às condições estruturais e aos limites do sistema em que atuam. Para Sawaia (1999, p. 105), “[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”.

Posto isto, vê-se que, no primeiro relato, o/a profissional destaca a percepção de um sistema falho, repleto de lacunas e insuficiências que dificultam o amparo integral das demandas e necessidades dos/as usuários/as. Essa constatação gera sentimentos de impotência diante das limitações da própria atuação e da estrutura social em que estão inseridos/as. Já no segundo relato, é mencionado o acolhimento do sofrimento alheio sem a possibilidade de resolução, o que pode gerar frustração, desânimo, ansiedade e desesperança nos profissionais. Além disso, destaca-se a importância de que esses sentimentos sejam acolhidos, elaborados e ressignificados dentro da equipe de trabalho, a fim de evitar o adoecimento profissional e a sobrecarga da equipe.

Esses relatos refletem a vivência do sofrimento ético-político enfrentado por assistentes sociais no exercício da profissão. Eles/as lidam diariamente com as dificuldades e limitações do sistema, a falta de recursos e os limites mediante as situações de desigualdades enfrentadas pelos/as usuários/as. Baseando-se nos relatos, vimos que essa realidade pode impactar a saúde psíquica de assistentes sociais.

O compromisso com o trabalho como implicação para o processo de adoecimento foi um dos motivacionais apontados pela assistente social 14, que relata:

*Se não consigo realizar meu trabalho com excelência, fico frustrada num nível que perco o sono de madrugada e não consigo dormir e descansar ‘pro’ outro dia voltar ‘pro’ trabalho e vivenciar tudo novamente (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 14, 2023).*

Como consequência deste processo de adoecimento psíquico, alguns/as profissionais acrescentaram à questão exemplos de doenças adquiridas e que relacionam a este adoecimento. Dentre as informações colhidas, observamos profissionais em situação de

acometimento de “*stress, ansiedade, irritabilidade e cansaço mental*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 04, 2023), “*ansiedade generalizada em decorrência da atividade profissional*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 05 2023), “*fibromialgia, hérnias de disco com dores agravadas pelo estresse no trabalho*” (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 101, 2023).

Para Vicente (2015), esta análise em relação ao processo de adoecimento psíquico de assistentes sociais ainda é permeada de ceticismo. Para exemplificar sua afirmação, a autora recorre a alguns relatos expressos no cotidiano:

‘Como saber se os agravos de que padecem as pessoas são mesmo relativos ao trabalho? Afinal, a vida é difícil, e até andar pelas ruas pode causar adoecimentos’; ‘É preciso separar os problemas pessoais, familiares, dos problemas do trabalho!’; ‘Outras pessoas também estão sujeitas a essas situações e não adoecem. Não seriam o sofrimento e o adoecimento uma espécie de incapacidade pessoal de lidar com situações difíceis?’ (VICENTE, 2015, p. 563-564).

A respeito disso, Vicente (2015) analisa que é importante reconhecer que pessoas submetidas a situações adversas e pressões no trabalho podem apresentar diferentes respostas em termos de adoecimento. Para a autora, a simples observação empírica das situações não permite generalizações simplistas, pois o fato de algumas pessoas suportarem essas pressões não implica necessariamente que sejam consideradas "fortes", assim como o adoecimento de outras pessoas não as tornam "fracas".

É a partir da análise proposta por este item que observamos que a natureza do trabalho de assistentes sociais expõe esse grupo de profissionais a situações desafiadoras, que demandam um nível de exigência emocional e que impactam em sua saúde psíquica. Este contato direto com as expressões da questão social, em um contexto de retração de recursos institucionais, somada às próprias condições de trabalho a que estão submetidos/as e ainda a elevada carga de trabalho e as complexas relações de trabalho, se apresentam como fatores que geram o adoecimento psíquico destes/as profissionais.

### 3.1.3 Estresse

No dicionário da língua Portuguesa<sup>35</sup>, o estresse é conceituado como um estado de “exaustão física ou emocional geralmente causada em razão de algum sofrimento, doença, cansaço, pressão, trauma, sendo definida pela incapacidade de desenvolver suas funções ou

<sup>35</sup> DICIO, Dicionário Online da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estresse/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

trabalhos habituais” (DICIO, s/d). Ainda, o estudo inicial sobre a definição do estresse, feito por Hans Selye (1959), o apresenta como algo que modifica biologicamente o corpo humano, causador de outros agravos. Embora se expresse no corpo e mente humanos, reconhecemos a concepção do estresse como fruto das condições e relações da vida, sendo determinado socialmente.

De modo geral, assistentes sociais da região Sul do Espírito Santo consideram o trabalho fator que propicia o estresse. Este é o dado identificado na pesquisa, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Estresse a partir do trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nos relatos das/os assistentes sociais participantes da pesquisa, o estresse aparece vinculado, sobretudo, às condições e ao cotidiano de trabalho. Ao atuarem em situações complexas, frutos das mais diversas expressões da questão social, o estresse tem se apresentado como um elemento que integra a rotina destes/as profissionais.

*De uns tempos para cá passei a ficar incomodada e estressada com muitas situações, principalmente aquelas ligadas as minhas condições de trabalho. Apesar da sala onde fico ter mobília, não é do/para o Serviço Social, logo, não tenho armário adequado para guardar arquivos e outros documentos importantes (guardo todos em formato online no meu pen drive ou email). Não tenho telefone específico para o setor, briguei muito por uma simples impressora e por aí vai. Fora a má remuneração, mesmo sendo a única funcionária da equipe que está cursando e prestes a concluir o mestrado (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 05, 2023).*

Neste relato, verificamos que a participante está *"incomodada e estressada com muitas situações"* (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 05, 2023). É possível inferir que as dificuldades e preocupações relacionadas às condições de trabalho inadequadas, falta de recursos e remuneração insatisfatória contribuem para o estresse. Essas circunstâncias podem criar pressões, impactando a sua condição de bem-estar psíquico.

Para outro/a assistente social, o estresse é causado por *"demandas intensas, sem período de descanso dentro da correria do dia, com problemáticas muito maiores do que o profissional consegue 'resolver', vide falta de estrutura de toda uma rede - seja saúde, assistência ou previdência"* (RELATO DA/O ASSISTENTE SOCIAL 08, 2023).

O excesso de demandas como fator que propicia o estresse apresentou-se em grande parte dos relatos na pesquisa. Também foi possível identificar, dentre os depoimentos, outros elementos ligados ao acometimento de estresse entre assistentes sociais, como as precárias condições de trabalho, a complexificação das expressões da questão social, a fragilização da rede socioassistencial, a baixa resolutividade para as demandas apresentadas pelos usuários por ausência de instrumentos para tal, a falta de reconhecimento das atribuições dos/as assistentes sociais, dificuldades de relacionamento entre a equipe de trabalho, baixa remuneração, falta de autonomia e excesso de demandas direcionadas aos/as profissionais.

Já em relação àqueles/as que optaram pelas respostas "não" e "relativamente", não obtivemos justificativas de suas escolhas, tendo estes/as se limitado à resposta objetiva.

Segundo Teodoro (2012, p. 205), pesquisa realizada pelo "International Stress Management Association – ISMA" em nove países, apontou os trabalhadores brasileiros entre os mais estressados do mundo no quesito Esgotamento Profissional". Essa informação destaca um problema que afeta os/as profissionais brasileiros, indicando altos níveis de estresse relacionados ao trabalho. Essa constatação pode ter implicações significativas para a saúde e o bem-estar dos/as trabalhadores, bem como para a produtividade e o desempenho no ambiente de trabalho.

A realidade apresentada na pesquisa se revela também em outras categorias profissionais, que também tem sofrido com esses reflexos, como professores/as, policiais e trabalhadores/as da saúde. De acordo com dados de 2012 a 2016, reações ao estresse, episódios depressivos e outros transtornos ansiosos foram responsáveis por 79% dos afastamentos nessas profissões (ANAMT, 2017).

Além disso, os transtornos mentais e comportamentais ocupam a terceira posição como causa de incapacidade para o trabalho, representando 9% dos casos de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no País (BRASIL, 2017). Dentro desses

transtornos, os episódios depressivos se destacam, sendo responsáveis por 30,67% dos pagamentos de auxílio-doença não relacionados a acidentes de trabalho. Outros transtornos ansiosos também têm um impacto significativo, correspondendo a 17,9% dos casos (BRASIL, 2017).

Diante das informações apresentadas nesta seção, fica evidente que o trabalho de assistentes sociais no sul do Espírito Santo desencadeia estresse. As condições precárias, a sobrecarga de demandas e seu nível de complexidade, a falta de recursos adequados contribuem para um cenário de adoecimento desses/as profissionais. Essa análise ressalta a importância de aprofundar estudos sobre o estresse no contexto específico desses/as profissionais, a fim de compreender melhor as consequências para o sujeito assistente social e, não apenas para o trabalhador. De posse desses resultados, torna-se importante refletir acerca do desenvolvimento de estratégias e políticas que busquem melhorar as condições de trabalho, promover o bem-estar e diminuir as consequências do estresse decorrente do trabalho entre os/as assistentes sociais da região.

#### 3.1.4 Afastamento das atividades laborais

Para Ramos (2008), o afastamento das atividades laborais, por motivo de adoecimento causado pelo trabalho, tem sido intensificado pela flexibilização do trabalho, que traz novas exigências e pressões, assim como pelo risco de desemprego e pelas dificuldades enfrentadas no âmbito institucional e legal para garantir os direitos do trabalhador afastado.

A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento profissional está marcada social e historicamente pela incapacidade para o trabalho e pela insegurança. Essa experiência é intensificada pelo incremento das exigências trazidas pela flexibilização do trabalho, pelo risco do desemprego e pelas dificuldades colocadas na chamada *via crucis* institucional legal que irá definir a situação do trabalhador afastado frente à busca de ‘fazer valer’ seus direitos (RAMOS, 2008, p. 2012).

Para Torres *et al.* (2011), o processo de transformação do mundo do trabalho tem alterado de maneira expressiva os cenários econômico, político e cultural na sociedade. A reestruturação produtiva, incrementada pela globalização, desencadeia mudanças nas maneiras de organização e gestão do trabalho, resultando em precariedades e fragilidades na relação entre saúde e trabalho, com consequências na qualidade de vida de trabalhadores.

Diante destas situações, o ser humano está envolvido num processo complexo e dinâmico que abrange as condições somáticas, os processos cognitivos e

emocionais, e as questões sociais. Observamos, então, que os trabalhadores são atingidos por estas transformações, que ocorrem num ritmo elevado, muitas vezes maior que a própria capacidade humana pode suportar (TORRES et al., 2011, p. 43).

Problematizar estas questões se torna pertinente ao debatermos o tema que envolve o afastamento de assistentes sociais de seus trabalhos, por motivo de adoecimentos acarretados pelo exercício profissional. Para Ramos Tittoni e Nardi (2008, p. 211), “[...] o afastamento do trabalho acaba por forjar trabalhadores que se subjetivaram através de alguns padrões e estilos que não podem mais manter, produzindo acontecimentos-rupturas importantes nos seus modos de viver e de trabalhar”.

Ao investigar a respeito dos afastamentos do trabalho por parte de assistentes sociais do Sul Capixaba, verificamos que, 69,2% dos/as profissionais participantes da pesquisa já precisaram se afastar de suas atividades laborais por motivos de adoecimentos do trabalho e 30,85% responderam que nunca precisaram se afastar de suas atividades em decorrência de algum adoecimento proveniente do trabalho.

A pesquisa possibilitou coletar informações de quais foram os motivos que propiciaram o afastamento do trabalho por estes/as profissionais. Com respostas livres, os/as profissionais apresentaram diversos elementos que caracterizam o fator desencadeador do afastamento do trabalho na região. Para melhor visualizarmos estes dados, categorizamos os afastamentos motivados por questões psíquicas e físicas que aparecem relatados pelos/as participantes. Estes dados são apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Motivos informados por Assistentes Sociais como motivacionais para afastamento do trabalho

<b>Adoecimento psíquico</b>	<b>%</b>	<b>Adoecimento físico</b>	<b>%</b>	<b>Adoecimento Físico e/ou Psíquico</b>	<b>%</b>
Ansiedade (CID-10 F41)	6,66%	Fibromialgia (CID-10 M79.7)	4,16%	Estafa	1,66%
Estresse	5,83%	Hipertensão (CID-10 I10)	2,5%	Covid-19 (CID-10 U07.1)	0,83%
Depressão (CID-10 F 32)	3,33%	Crise alérgica	1,66%	Síndrome de tolosa-hunt <sup>36</sup> , causada por stress agudo.	0,83%
Burnout	1,62%	Dor na coluna	1,66%		
Crise de pânico (CID-10 F41.0)	1,66%	Esgotamento Físico	0,83%		
Assédio moral	0,83%	Taquicardia (CID-10 R00.0)	0,83%		
Exaustão mental	0,83%	Hérnia de disco (CID-10 M51.1)	0,83%		
Herpes	0,83%	Espondilite anquilosante	0,83%		

<sup>36</sup> A Síndrome de Tolosa Hunt é uma doença rara, cuja etiopatogenia é desconhecida. Apresenta-se como uma oftalmoplegia dolorosa de um ou mais nervos cranianos oculomotores, que regride espontaneamente e responde bem ao tratamento com corticoides (BUSCACIO; YAMANE; NOGUEIRA, 2013, p. 64).

emocional	(CID-10 M45)	
	Artrite psorática (CID-10 L40.5)	0,83%
	Acidente de trabalho – fratura em perna	0,83%
	Tumor Adrenal <sup>37</sup> .	0,83%
	AVC (CID-10 I63)	0,83%
	Esgotamento Físico	0,83%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A Tabela 3 apresenta uma compilação dos motivos de afastamento do trabalho de assistentes sociais. No grupo de motivos psíquicos, identificam-se condições que podem estar intrinsecamente ligadas às demandas e pressões inerentes à profissão, evidenciando a vulnerabilidade de assistentes sociais diante dos fatores que adoecem e estão presentes no ambiente de trabalho. Por outro lado, no grupo de motivos físicos, destacam-se situações que podem ser influenciadas por fatores relacionados ao trabalho em si. É importante ressaltar que a interação entre o adoecimento psíquico e físico é evidente, uma vez que o estresse prolongado pode desencadear sintomas tanto no âmbito mental quanto no físico. Ademais, a inclusão da covid-19 como motivo de afastamento reflete impactos adicionados pela pandemia, na saúde de assistentes sociais, ampliando os desafios enfrentados por esses/as profissionais.

Observamos com as respostas obtidas na pesquisa, alguns elementos que não se caracterizam como doenças, propriamente ditas, e que não estão inseridas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10). Como hipótese para o reconhecimento destes elementos como adoecimento, supomos que as respostas podem refletir como as pessoas percebem e descrevem seu próprio estado de saúde. Nem todas as condições ou motivos mencionados serão necessariamente doenças diagnosticáveis, mas eles ainda podem representar desafios significativos que afetam a capacidade das pessoas de realizar suas atividades de trabalho.

Além destes elementos, também recorreremos a Tittoni e Nardi (2008), que apresentam um debate acerca da dificuldade do reconhecimento, por parte dos/as trabalhadores, de que, seus processos de adoecimento, são decorrentes do trabalho. Tais elementos são relevantes, ao considerar o quantitativo significativo de profissionais que relataram nunca ter se afastado do trabalho por motivo de adoecimento do trabalho. Para os autores, há “dificuldades encontradas para o reconhecimento e a legitimação de sua situação de adoecimento como

<sup>37</sup> Tumores adrenais ocorrem quando há um crescimento descontrolado de células do córtex ou da medular, originado por mutações genéticas não corrigidas pelo organismo (GUIMARÃES, s/d).

sendo profissional, ou seja, como tendo sua gênese nas condições penosas da organização do trabalho” (TITTONI; NARDI, 2018, p. 71). Se considerarmos a discrepância entre o número dos que já se afastaram com os que não responderam da mesma forma, podemos levantar a hipótese de que a afirmação dos autores tenha similaridade com o que a pesquisa apontou na região sul do Espírito Santo.

Por complemento a isto, vimos que, ao necessitarem se afastar do trabalho por consequência do adoecimento, os/as profissionais se veem mergulhados na burocracia estatal no que tange a garantia de seus direitos trabalhistas (TITTONI; NARDI, 2008), o que pode favorecer para o não reconhecimento de seu processo de adoecimento profissional.

Destarte, os elementos da flexibilização, intensificação e precarização do trabalho podem desempenhar um papel de destaque na compreensão dos índices de adoecimento profissional entre assistentes sociais no sul do Espírito Santo. A flexibilização do trabalho, caracterizada por condições laborais menos estáveis e mais variáveis, pode ser identificada nas transformações aceleradas no mundo do trabalho já discutidas, onde os/as profissionais enfrentam uma pressão crescente por produtividade, o que impacta num ambiente propício ao estresse e à ansiedade, contribuindo para a prevalência de doenças psíquicas mencionadas nos dados. A intensificação do trabalho, marcada por uma carga de trabalho mais pesada e prazos apertados, também se manifesta nos relatos de adoecimento relacionado ao trabalho, evidenciando o impacto das demandas laborais excessivas na saúde física e mental das/os assistentes sociais. Por fim, a precarização do trabalho, indicada pelas condições precárias de emprego, pode desempenhar um papel significativo na relação entre saúde e trabalho, especialmente naqueles/as que já enfrentam um contexto de fragilidade laboral. Portanto, esses elementos se entrelaçam de forma complexa, criando um ambiente de trabalho que contribui diretamente para os problemas de saúde observados entre assistentes sociais na região sul do Espírito Santo.

Diante das reflexões aqui apresentadas, podemos observar que o afastamento do trabalho por adoecimento profissional é uma experiência coletiva, vivida pelos/as assistentes sociais no sul do Espírito Santo. Conforme vimos no capítulo primeiro dessa dissertação, as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva e pela globalização, têm gerado precariedade e fragilidade na relação entre saúde e trabalho, afetando a qualidade de vida de trabalhadores. Com os dados descritos e interpretados nesta seção, vimos que essas mudanças ocorrem em um ritmo acelerado, muitas vezes além da capacidade humana de lidar com elas, abrangendo condições físicas e processos psíquicos.

Ainda constatamos que, 69,2% dos/as assistentes sociais da região já precisou se afastar do trabalho por motivos de adoecimento relacionado ao trabalho. Os relatos e a tabela 3 apresentados revelam a prevalência de doenças psíquicas, seguidas das físicas, destacando a vulnerabilidade desses/as profissionais mediante aos constrangimentos do trabalho e as particularidades da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação foi abordado o tema trabalho e adoecimento de Assistentes Sociais no Sul do Espírito Santo, com o objetivo de analisar as implicações das atuais configurações do mundo do trabalho, especialmente os elementos flexibilização, precarização e intensificação do trabalho, no trabalho profissional de Assistentes Sociais e em seu processo de adoecimento. Ao longo deste estudo identificamos os determinantes e as manifestações do adoecimento por meio da pesquisa de campo realizada com profissionais, na particularidade da Região Sul do Espírito Santo.

A presente dissertação oferece uma contribuição para a compreensão do trabalho e adoecimento de assistentes sociais no sul do Espírito Santo. A partir das análises aqui apresentadas, é possível o aprofundamento de debates, no sentido de se pensar mudanças no que tange a proporcionar condições mais adequadas e saudáveis para o exercício do Serviço Social, no sentido de garantir maior qualidade do trabalho e bem-estar desses/as profissionais.

Diante destes elementos, no primeiro capítulo dessa dissertação dedicamos as análises ao mundo do trabalho em transformação, em que exploramos as suas diversas transformações no cenário contemporâneo. Nossa análise foi dividida em duas seções principais: "O mundo do trabalho e o trabalho no mundo: transformações globais e particularidades brasileiras" e "Precarização, flexibilização e intensificação do trabalho: aproximações teórico-conceituais".

Na primeira seção examinamos as transformações globais no mundo do trabalho e suas especificidades no contexto brasileiro. Compreendemos que as rápidas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas têm influenciado profundamente a organização e a estrutura do trabalho em escala mundial. No âmbito nacional, analisamos as particularidades das relações de trabalho e as condições socioeconômicas que moldam a realidade laboral brasileira.

Na segunda seção aprofundamos nossa análise sobre precarização, flexibilização e intensificação do trabalho, identificando que esses processos têm se mostrado cada vez mais presentes e relacionados, impactando o cotidiano de trabalhadores/as. Exploramos as principais abordagens teóricas e conceituais relacionadas a esses eixos de análise, buscando compreender suas características e desdobramentos na sociedade capitalista de tipo neoliberal.

Ao considerar essas duas seções do capítulo sobre o mundo do trabalho em transformação, pudemos compreender as complexidades e os desafios enfrentados por trabalhadores/as no atual contexto. A análise das transformações globais e das

particularidades brasileiras permitiu uma compreensão mais abrangente das condições de trabalho, das relações de trabalho e dos impactos na saúde e bem-estar dos/as profissionais.

O segundo capítulo teve como tema principal “Assistentes Sociais no Sul do Espírito Santo: Trabalho e condições de trabalho”. Neste, nos aproximamos das características socioeconômicas da região sul do Espírito Santo, bem como do perfil profissional, trabalho e condições de trabalho dos/as assistentes sociais que atuam nessa região. Exploramos as características da formação socioeconômica do Sul do Espírito Santo, analisando os principais aspectos econômicos, sociais e culturais que moldam essa região, compreendendo a influência desses elementos no contexto de trabalho de assistentes sociais.

Neste capítulo fora possível aprofundar nossa análise do perfil profissional, trabalho e condições de trabalho de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo. Tais dados coletados favoreceram para compreender a composição desse grupo de profissionais na região. Essa análise permitiu observar os desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais em relação às condições estruturais e organizacionais em que desenvolvem suas atividades.

Pela pesquisa identificou-se que a região Sul do Espírito Santo é caracterizada por um perfil de assistentes sociais de gênero feminino, com idade entre 30 e 49 anos, casadas, com até um/a (01) filho/a, que se autodeclaram de etnia branca. Observou-se, ainda, que a maior parte dos profissionais possui especialização (68,30%), são formadas/os em universidades públicas (55,80%) e em modalidade presencial, sendo, majoritariamente (55,8%), graduadas/os a partir do ano de 2011.

Acerca das condições de trabalho, vimos que, na região sul do Espírito Santo, os/as assistentes sociais lidam com precárias condições para a realização do trabalho profissional, identificando locais sem salas individuais de atendimento, com ruídos e equipamentos compartilhados.

Os impactos do Trabalho sobre o processo de adoecimento de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo foi o tema escolhido para as análises construídas no terceiro capítulo dessa dissertação. Abordamos, a partir da pesquisa realizada, a relação trabalho e adoecimento, analisando os processos de adoecimento e os afastamentos por motivos de doenças decorrentes do exercício profissional.

Ao relacionarmos os dados analisados neste capítulo ao objetivo geral dessa dissertação, quer seja, *compreender as implicações da flexibilização, precarização e intensificação no trabalho profissional de Assistentes Sociais do Sul do Espírito Santo*, identificamos que estes elementos têm sido determinantes no processo de adoecimento dos profissionais desta região. Para além desta afirmação, preliminarmente prevista, nos

desafiamos a construir inferências a respeito das evidências da pesquisa, considerando a particularidade de cada uma destas categorias (flexibilização, precarização e intensificação do trabalho), e reconhecendo que, a sua intrínseca relação, complexifica e potencializa os processos de adoecimento do trabalho.

Em relação a flexibilização do trabalho, inferimos que a sua materialidade no cotidiano de assistentes sociais do sul do Espírito Santo tem se vinculado a demandas excessivas, a falta de controle e insegurança do trabalho, aumentando o risco de estresse e doenças relacionadas.

A precarização do trabalho, caracterizada por baixos salários, falta de proteção social e condições inadequadas de trabalho, contribui para a vulnerabilidade desses profissionais.

Já a intensificação do trabalho, relativa dentre outros elementos, à pressão por desempenho, tem resultado em exaustão física e mental, predispondo ao adoecimento profissional.

Diante dos elementos tratados nessa dissertação, foi possível identificar que assistentes sociais do sul do Espírito Santo estão acometidos/as por doenças predominantemente psíquicas, sendo a ansiedade (6,66%), o estresse (5,83%) e a depressão (3,33%) os mais apontados pelos/as profissionais. Em relação ao adoecimento físico, verificou-se a hipertensão (2,5%) e a fibromialgia (4,16%).

Importa mencionar a importância de se compreender os impactos do trabalho sobre o processo de adoecimento de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo e como essa análise permite identificar os principais fatores de risco e as demandas que afetam a saúde e o bem-estar de profissionais, subsidiando a proposição de estratégias de prevenção e promoção da saúde ocupacional. Essa investigação contribui para ampliar o conhecimento sobre o tema, evidenciando a necessidade de ações que visem a melhoria das condições de trabalho, a valorização da categoria profissional e a implementação de medidas de proteção e cuidado com a saúde de assistentes sociais no Sul do Espírito Santo e no Brasil.

Os resultados obtidos por esta pesquisa revelaram a complexidade existente no contexto de trabalho de assistentes sociais no sul do Espírito Santo e os efeitos negativos que ele pode ter sobre sua saúde física e psíquica. Revelam ainda que a complexidade das expressões da questão social, a sobrecarga de tarefas, a falta de recursos, a pressão institucional, a burocracia e as condições precárias de trabalho são fatores determinantes dos processos de adoecimento do trabalho entre as participantes da pesquisa.

Apesar dos desafios enfrentados por estes/as profissionais, vimos que, na região sul do Espírito Santo, há um perfil profissional que demonstra comprometimento com a profissão, buscando o aprimoramento intelectual e constante formação.

Conforme vimos, o trabalho se caracteriza como parte integrante na vida dos sujeitos, tornando-se evidente que, as precárias condições em que ele se realiza, repercute de alguma maneira na vida e saúde dos/as trabalhadores/as. Inserido na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, assistentes sociais integram a classe trabalhadora que tem no trabalho a condição possível de sua sobrevivência e que, portanto, convivem com os impactos advindos de sua relação com o trabalho.

Os resultados obtidos e discutidos nessa dissertação apontam para a evidência da necessidade de se refletir acerca da realidade profissional vivida por assistentes sociais. Ao ser confirmado o pressuposto desta pesquisa, de que as condições de trabalho repercutem no processo de adoecimento destes/as profissionais, torna-se fundamental destacar a necessidade de medidas de intervenção que promovam ambientes de trabalho saudáveis e que contribuam para a prevenção do adoecimento de assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

- 2B, Editora. **Entenda mais sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social!** 2021. Disponível em: <https://www.editora2b.com.br/blog/entenda-mais-sobre-o-projeto-etico-politico-do-servico-social>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- ALVES, G. A. P. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Marília, v. 2, n. 11, p. 223-239, 2008.
- ALVES, G. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, G. L. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, 2013.
- ANAMT, A. N. D. M. D. T. Transtorno mental é 3ª causa de afastamento de trabalho. São Paulo: ANAMT, 2017. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2017/10/26/transtorno-mental-e-a-3a-causa-de-afastamentosde-trabalho/>. Acesso: jul. 2023.
- ANDERSON, P. et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AUED, Bernadete W. Org. **Traços do trabalho coletivo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENDASSOLLI, P. F. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em estudo**, v. 17, p. 37-46, 2012.
- BONDARIK, R.; KOVALESKI, J. L.; PILATTI, L. A. Origens e Características do Fordismo. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 4, 2014, Ponta Grossa. **ANAIS....** Ponta Grossa, PR, Brasil, 03 a 05 de dezembro de 2014.

BUSCACIO, E. S.; YAMANE, Y.; NOGUEIRA, R. Tolosa-Hunt syndrome. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, [S.L.], v. 75, n. 1, p. 65-66, jun. 2013.

BUSNELLO, R. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. **Revista Direito em Debate**, v. 9, n. 14, 2000.

CAMARGO, M. A. B. D. C. D. A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 142, p. 488-507, dez. 2021.

CAMPOS, M. (org). **Espírito Santo**. S/d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/espírito-santo.htm>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 239-264, 2014.

CLOSS, T. T. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área / social issues and social work. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 253, 30 dez. 2015..

COSTA, S. A. C. Controle em novas formas de trabalho: teletrabalhadores e o discurso do empreendedorismo de si. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, artigo 8, p. 462-474, set./nov. 2013.

CRESS - CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 17ª Região. Relatório Pesquisa o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo. Vitória (ES). 2007.

CRUZ, P. H. F. da. **Serviço social e saúde**: reflexões sobre os processos de adoecimento profissionais no contexto neoliberal. 2020, 63 f. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2020.

DAL ROSSO, S. D. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DE SOUZA, M. A. S. L. et al. O mercado de trabalho profissional e os desafios frente a contrarreforma trabalhista. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Espírito Santo. **Anais...**

DIAS, L.. **Indústria 4.0**: o seu significado à luz do marxismo e seus impactos nas lutas de classe. o seu significado à luz do Marxismo e seus impactos nas lutas de classe. 2021. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/industria-4-0-seu-significado-parte-1/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos dilemas. **Caderno CHR**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

DUARTE, M. J. de O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar., 2010.

ESPÍRITO SANTO. Luiz Henrique Proença Soares. Diretor Adjunto de Produção de Dados (org.). **Pesquisa da Atividade Econômica Regional**: estudo de mercado de trabalho como subsídio para a reforma da educação profissional no estado do espírito santo. Vitória: Seade, 2001.

FARIAS, R. T. M.; LIMA, L. S.; ALMEIDA, K. K. D. O. Processo de trabalho na sociedade capitalista: apontamentos sobre a questão social. In: SEMINÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 01-07

FERREIRA, C. D. S. **Estrada de Ferro Caravelas**: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do Sul do Espírito Santo. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2015.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**. Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 101 a 127.

FLEURY S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. **Saúde debate** [online], v. 42, n. spe3, p. 108-124, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010311042018000700108&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010311042018000700108&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 17 fev. 2023.

FRANCISCO, E. M. V. A precarização das relações e condições de trabalho dos (as) assistentes sociais em tempos de “reforma trabalhista”. **O Social em Questão**, n. 47, p. 65-84, 2019.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (org). **Escola SA**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49

GHIRALDELLI, R. Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 24, n. 3, p. 97-112, dez. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. M. C., “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo** (org.). Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMEZ, C. M.; THEDIM-COSTA, S. M. D. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 411-421, 1999.

GUERRA, Y. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: CRESS (org.). **Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

GUIMARÃES, Gustavo. **Câncer de Adrenal**. s/d. Disponível em: <https://www.iucr.com.br/cancer-de-adrenal>. Acesso em: 09 jul. 2023.

GUTIERREZ, P. R.; OBERDIEK, H. I. Concepções sobre a saúde e a doença. In: ANDRADE, S. M. de; SOARES, D. A.; CORDONI JUNIOR, L. (Orgs.) **Bases da Saúde Coletiva**. Londrina: UEL, 2001.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. A divisão do trabalho em Marx. In: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 54-75.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 02 jan.2023.

IBGE (org.). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 09 abr. 2023.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&ind=4728>. Acesso em: 08 abr. 2023.

IJN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Limites e Regionalizações: Divisão Regional do Espírito Santo – Microrregiões de Planejamento**. Vitória - ES, 2012. 1 mapa, color. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. **Rev. Mex. Cienc. Pol. Soc**, v. 84, p. 131-157, 1976.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 151-178

LOURENÇO, E. A. S.; THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho análogo a escravo no Brasil em tempos de direitos em transe. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, nº 1, , p. 185–209, junho de 2019.

LOURENÇO, E. Â. D. S. Terceirização: a destruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 123, p. 447-475, set. 2015.

MACHADO, E. M. Questão social: objeto do serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 39-47, 1999.

MAIDANA, A. M.; FALCOSKI, F. R. A questão racial de assistentes sociais negras nos espaços sócio-ocupacionais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 234-251, 2021.

MARTINS, C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 1-23, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livros I. Tradução: Reginaldo Santana. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MECUM VADE. **Coisa Pública**. Disponível em:

<https://vademecumbrasil.com.br/palavra/coisapublica#:~:text=%C3%89%20toda%20aquela%20que%20se,necessidades%20ou%20interesses%20da%20coletividade>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MENDONÇA, A. A. **A crise econômica e a sua forma contemporânea**. Lisboa: Caminho, 1990.

MINAYO, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 07-80.

MOLEDDA, M.; GIANNA, S.; DI NAPOLI, C. **Trabajo social y espacios ocupacionales: derechos, procesos y prácticas profesionales**. 1. ed. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2019. 232 p.

MONTEIRO, R. L. D. S. G.; SANTOS, D. S. A utilização da ferramenta Google Forms como instrumento de avaliação do ensino na Escola Superior de Guerra. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 28-38, dez. 2019

MORAES, C. A. de S. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serv. Soc. Soc.** [online], n. 127, p. 587-607, 2016.

MORAIS, J. F. Os impactos da terceirização nos contratos de trabalho e a terceirização de atividade-fim do tomador de serviços. **Revista Jus Navegandi**, Teresina, ano 22, n. 5185, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58984/os-impactos-da-terceirizacao-nos-contratos-de-trabalho-e-a-terceirizacao-de-atividade-fim-do-tomador-de-servicos>. Acesso em: 24 maio 2022.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A; MORALES, O. E.T (org). Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II. PG: Foca FotoPROEX/UEPG, 2015. p.15-33

NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. Â. S. (Org.). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Expressões, 2017.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **A Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, V. M. R.; TUMELERO, S. M. A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos. **O Social em Questão**, Brasil, v. 34, n. 17, p.205-228, set. 2015.

OLIVEIRA, F. S. Terciarización y flexibilización de las normas laborales en Brasil. **Prolegómenos**, [S.L.], v. 16, n. 31, p. 189-201, 28 jun. 2013.

PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Salvador: Edufba, 2014.

PASSOS, S. S.; LUPATINI, M. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 132-142, abr. 2020.

PEREIRA, J. A. C. **O processamento do trabalho dos Assistentes Sociais: vínculo entre trabalho e o projeto ético-político do Serviço Social**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6729>. Acesso em: 23 maio 2022.

PIALARISSI, R. Precarização do trabalho. **Revista de Administração em Saúde**, [S.L.], v. 17, n. 66, p. 01-12, 1 jan. 2017.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

PINA, J. A; STOTZ, E. N. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.L.], v. 39, n. 130, p. 150-160, dez. 2014.

POCHMAN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRISECARU, P. Challenges of the fourth industrial revolution. **Knowledge Horizons – Economics**, Bucareste/Romênia V. 8, n. 1, p. 57–62, 2016. Disponível em: <http://orizonturi.ucdc.ro/arhiva/khe-vol8-nr1-2016/09.%20Petre%20Prisecaru.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

QUINTÃO, L. D. C. **A interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2008.

RAICHELLIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 107, p.430-437, jul/set. 2011.

RAICHELLIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELLIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-63.

RAMOS, M. Z.; TITTONI, J.; NARDI, H. C. A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 209-221, 2008.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, Abr./Jun. 2015.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V.M. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 36, p.178-196, 2.º semestre de 2015.

SARMENTO, H. B. M. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p.115-124, nov. 2002.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. IN: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 96-116

SCHWAB, K. **The Fourth Revolution**. World Economic Forum, 2016.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2019.

SELYE, H. **Stress, a tensão da vida**. São Paulo: Ibrasa - Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1959.

SESSA, C. B.; BARROS, H. C. D. Crédito rural no Espírito Santo. **Economia e Desenvolvimento: Análise dos resultados dos anos 2000 a 2012**, Vitória, v. 2, n. 29, p. 1-23, dez. 2017.

SEVERINO, M. D. P. S. R. S. Transformações no mundo do trabalho: impactos para os trabalhadores com deficiência. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2013, São Luiz do Maranhão. **Anais...** São Luiz do Maranhão: Consequência, 2013. p. 1-10.

SILVA, R. G. **Do welfare ao workfare, ou da política social Keynesiana/Fordista à política social Schumpeteriana/Pós-Fordista**. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, H. S. **A condição de assalariado e o adoecimento profissional do assistente social em Campos dos Goytacazes/RJ**. 2018. 57f. Trabalho Final de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, E. Â. D. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de covid-19. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 125-136, jan. 2022.

TAVARES, A. S. Intensificação do Trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho: uma conciliação possível? **Revista Labor**, [S.L.], v. 1, n. 18, p. 61, 31 dez. 2017.

TEODORO, M. D. A. Estresse no trabalho. **Com. Ciências Saúde**, v. 23, n. 3, p. 205-206, 2012.

THOMPSON, E. P. Disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. (org.). **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TITTONI, J.; NARDI, H. C. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. **Relações sociais e ética**, v. 71, p. 70-80, 2008.

TOLEDO, D. G. E. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 71-89

TORRES, A. R. A. et al. O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, 2011.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 71-99, 2001.

VICENTE, D. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 123, p. 562-581, set. 2015.

## APÊNDICE 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

### QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

**Tema:** TRABALHO E ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Esta pesquisa está vinculada ao mestrado em Política Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e se desenvolve sob orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes. Tem como objetivo geral “Analisar as implicações das atuais configurações do mundo do trabalho, especialmente os elementos flexibilização, precarização e intensificação do trabalho no trabalho profissional de Assistentes Sociais e em seu processo de adoecimento na particularidade da Região Sul do Espírito Santo”.

***SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE. Leia com atenção as questões abaixo, procurando assinalar a opção que mais corresponde à sua realidade. Se quiser, acrescente observações livres na última página.***

#### 1 PERFIL PROFISSIONAL

##### 1.1. Idade:

- ( ) De 20 a 29 anos  
 ( ) De 30 a 39 anos  
 ( ) De 40 a 49 anos  
 ( ) De 50 a 59 anos  
 ( ) A partir de 60 anos: \_\_\_\_\_

##### 1.2 gênero:

- ( ) masculino ( ) feminino ( ) Prefiro não dizer ( ) Outro: \_\_\_\_\_

##### 1.3 Pertença étnico – racial:

- ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela ( ) Outra: \_\_\_\_\_

##### 1.4 Estado civil

- ( ) Casado/a ( ) Divorciado/a  
 ( ) Solteiro/a ( ) União estável  
 ( ) Viúvo/a ( ) Outro: \_\_\_\_\_

##### 1.5 Filhos

##### 1.6

##### 1.7

- ( ) Nenhum ( ) Dois  
 ( ) Um ( ) Três ou mais

##### 1.8 Cidade em que reside:

- |                    |                        |                  |
|--------------------|------------------------|------------------|
| ( ) Alegre         | ( ) Apiaca             | ( ) Cachoeiro de |
| ( ) Alfredo Chaves | ( ) Atilio Vivacqua    | Itapemirim       |
| ( ) Anchieta       | ( ) Bom Jesus do Norte | ( ) Castelo      |

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Divino de São Lourenço | <input type="checkbox"/> Itapemirim        | <input type="checkbox"/> Piuma               |
| <input type="checkbox"/> Dores do Rio Preto     | <input type="checkbox"/> Iúna              | <input type="checkbox"/> Presidente Kennedy  |
| <input type="checkbox"/> Guaçuí                 | <input type="checkbox"/> Jerônimo Monteiro | <input type="checkbox"/> Rio Novo do Sul     |
| <input type="checkbox"/> Ibitrama               | <input type="checkbox"/> Marataizes        | <input type="checkbox"/> São José do Calçado |
| <input type="checkbox"/> Iconha                 | <input type="checkbox"/> Mimoso do Sul     | <input type="checkbox"/> Vargem Alta.        |
| <input type="checkbox"/> Irupi                  | <input type="checkbox"/> Muniz Freire      |  |
|   | <input type="checkbox"/> Muqui             |  |

**1.9 Cidade em trabalha:**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Alegre                  | <input type="checkbox"/> Divino de São Lourenço | <input type="checkbox"/> Marataizes          |
| <input type="checkbox"/> Alfredo Chaves          | <input type="checkbox"/> Dores do Rio Preto     | <input type="checkbox"/> Mimoso do Sul       |
| <input type="checkbox"/> Anchieta                | <input type="checkbox"/> Guaçuí                 | <input type="checkbox"/> Muniz Freire        |
| <input type="checkbox"/> Apiaca                  | <input type="checkbox"/> Ibitrama               | <input type="checkbox"/> Muqui               |
| <input type="checkbox"/> Atilio Vivacqua         | <input type="checkbox"/> Iconha                 | <input type="checkbox"/> Piuma               |
| <input type="checkbox"/> Bom Jesus do Norte      | <input type="checkbox"/> Irupi                  | <input type="checkbox"/> Presidente Kennedy  |
| <input type="checkbox"/> Cachoeiro de Itapemirim | <input type="checkbox"/> Itapemirim             | <input type="checkbox"/> Rio Novo do Sul     |
| <input type="checkbox"/> Castelo                 | <input type="checkbox"/> Iúna                   | <input type="checkbox"/> São José do Calçado |
|  | <input type="checkbox"/> Jerônimo Monteiro      | <input type="checkbox"/> Vargem Alta         |
|  |   | <input type="checkbox"/> Outro: _____        |

**1.8 Nível de formação**

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> especialização |
|                                    | <input type="checkbox"/> doutorado      |
| <input type="checkbox"/> mestrado  | <input type="checkbox"/> pós-doutorado  |

**1.9 Estudou em que tipo de instituição na graduação?**

- |                                  |                                  |
|----------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> pública | <input type="checkbox"/> privada |
|----------------------------------|----------------------------------|

**1.10 Graduiu-se em qual modalidade de ensino?**

- Presencial  Semi-presencial  À distância

**1.11 Ano que se formou na graduação?**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Até 1980       | <input type="checkbox"/> De 2001 a 2010   |
| <input type="checkbox"/> De 1981 a 1990 | <input type="checkbox"/> A partir de 2011 |
| <input type="checkbox"/> De 1991 a 2000 | <input type="checkbox"/> A partir de 2021 |

**2 TRABALHO PROFISSIONAL**

**2.1 Está trabalhando atualmente?**

- Sim  
 não

**2.2 Você teme pela perda do seu emprego?**

- sim  não

**2.3 Você se sente reconhecido (a) em seu trabalho?**

- sim  não

**2.4 Qual a sua renda mensal como assistente social? (Valor líquido, somando os vínculos, se houver mais de um)**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> MENOS DE R\$1.212,00            | <input type="checkbox"/> ENTRE R\$3.000,00 E 4.000,00    |
| <input type="checkbox"/> R\$1.212,00                     | <input type="checkbox"/> ENTRE R\$4.000,00 E 5.000,00    |
| <input type="checkbox"/> ENTRE R\$1.212,00 E R\$2414,00  | <input type="checkbox"/> ENTRE R\$5.000,00 E R\$6.000,00 |
| <input type="checkbox"/> ENTRE R\$2.414,00 E R\$3.000,00 | <input type="checkbox"/> ENTRE R\$6.000,00 E R\$7.000,00 |



Caso sim, qual foi o diagnóstico? \_\_\_\_\_

**5 INFORMAÇÕES QUE JULGA IMPORTANTE ACRESCENTAR:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_